

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Ana Paula Porto de Freitas

**DO CONTO AO ENCANTO PELA LINHA DO TREM:
A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL JUNTO À
EDUCAÇÃO INFANTIL DE RESTINGA SÊCA - RS**

Santa Maria, RS
2024

Ana Paula Porto de Freitas

**DO CONTO AO ENCANTO PELA LINHA DO TREM:
A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL JUNTO À EDUCAÇÃO
INFANTIL DE RESTINGA SÊCA – RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho
Co-Orientador: Prof. Dr. Luciomar de Carvalho

Santa Maria, RS
2024

Porto de Freitas, Ana Paula

DO CONTO AO ENCANTO PELA LINHA DO TREM: A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL JUNTO À EDUCAÇÃO INFANTIL DE RESTINGA SÊCA - RS / Ana Paula Porto de Freitas.- 2024.

66 p.; 30 cm

Orientador: FLAVI FERREIRA LISBOA FILHO

Coorientador: LUCIOMAR DE CARVALHO

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa

Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2024

1. Educação Patrimonial 2. Educação Infantil I.

FERREIRA LISBOA FILHO, FLAVI II. DE CARVALHO ,

LUCIOMAR III. TÍTULO.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ANA PAULA PORTO DE FREITAS, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Ana Paula Porto de Freitas

**DO CONTO AO ENCANTO PELA LINHA DO TREM:
A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL JUNTO À
EDUCAÇÃO INFANTIL DE RESTINGA SÊCA – RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Patrimônio Cultural**.

Aprovada em 11 de março de 2024.

**Flavi Ferreira Lisboa Filho, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Luciomar de Carvalho, Dr. (UFSM) (Co-Orientador)

Elisa Lubeck, Dra. (Unipampa) (Avaliadora)

Fernanda Kieling Pedrazzi, Dra. (UFSM) (Avaliadora)

Mariana Henriques, Dr. (UFSM) (Suplente)

Santa Maria, RS
2024

RESUMO

DO CONTO AO ENCANTO PELA LINHA DO TREM: A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL JUNTO À EDUCAÇÃO INFANTIL DE RESTINGA SÊCA - RS

AUTORA: Ana Paula Porto de Freitas
ORIENTADOR: Flavi Ferreira Lisboa Filho

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal Santa Maria, na área e linha de pesquisa em História e Patrimônio Cultural. Seu objetivo principal é estimular a educação patrimonial na Educação Infantil do município de Restinga Sêca – RS, promovendo a preservação da identidade cultural local e ancora-se nos pressupostos do Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO. Pretende-se, assim, despertar nas crianças da Educação Infantil o gosto pelo conhecimento da cultura local, valendo-se da Estação Ferroviária de Restinga Sêca, a qual possui um valor simbólico para o município, visto que foi o motor condutor para o seu desenvolvimento local. Desse modo, busca-se, de forma lúdica, despertar o conhecimento das crianças acerca da história do município, contribuindo para uma maior compreensão e valorização do patrimônio cultural local. Utilizou-se a técnica de contação de história, seguida de um *workshop* de desenho para falar sobre o processo de construção da edificação, a emancipação do município, entre outros, com o fito de incentivar as crianças a conhecer a história e a se sentirem pertencentes à comunidade local. Para cumprir os propósitos pretendidos, foi adotada uma metodologia de pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória. A pesquisa qualitativa permitiu explorar as percepções, emoções e experiências das crianças em relação ao patrimônio cultural local, enquanto a pesquisa bibliográfica forneceu embasamento teórico para contextualizar historicamente o sujeito “crianças”, na Estação Ferroviária e sua relação com o desenvolvimento do município. A pesquisa exploratória possibilitou a identificação de informações relevantes e a descoberta de novos aspectos da história local que poderão ser compartilhados de forma lúdica com as crianças. Dessa forma, o produto da dissertação busca promover uma experiência significativa e prazerosa para as crianças, incentivando o aprendizado de forma criativa e participativa. Essa abordagem despertou o interesse das crianças pela história e patrimônio cultural de sua comunidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com a preservação da identidade cultural do município. Como resultado foi gerado um livro da história de Restinga Sêca/RS, ilustrado pelas crianças de 5 anos, da escola Professor Edwaldo Bernardo Hoffmann, com ênfase na Estação Férrea local.

Palavras-chave: Educação Infantil. Restinga Sêca. Estação Férrea de Restinga Sêca. Geoparque Quarta Colônia. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

FROM TALE TO ENCHANTMENT ALONG THE TRAIN LINE: THE APPRECIATION OF LOCAL CULTURAL HERITAGE ALONGSIDE EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN RESTINGA SÊCA - RS

AUTHOR: Ana Paula Porto de Freitas

ADVISOR: Flavi Ferreira Lisboa Filho

The main objective of this dissertation is to stimulate heritage education in Early Childhood Education in the municipality of Restinga Sêca – RS, promoting the preservation of local cultural identity and is anchored in the assumptions of the UNESCO Quarta Colônia Mundial Geopark. We intend to arouse in Early Childhood Education children a taste for knowledge of local culture, using the Restinga Sêca Railway Station, which has a symbolic value for the municipality, as it was the driving force for its local development. In this way, we seek, in a playful way, to evoke children's knowledge about the history of the municipality, contributing to a greater understanding and appreciation of the local cultural heritage. We used the storytelling technique, followed by a drawing workshop to talk about the construction process of the building, the emancipation of the municipality, among others, to encourage children to learn about history and feel like they belong to the local community. To fulfill the intended purposes, a qualitative, bibliographic and exploratory research methodology was adopted. Qualitative research allowed exploring children's perceptions, emotions and experiences in relation to local cultural heritage, while bibliographic research provided theoretical basis to historically contextualize the subject “children” at the Railway Station and its relationship with the development of the municipality. Exploratory research made it possible to identify relevant information and discover new aspects of local history that could be shared in a playful way with children. In this way, the dissertation sought to promote a meaningful and pleasurable experience for children, encouraging learning in a creative and participatory way. This approach aroused children's interest in the history and cultural heritage of their community, contributing to the formation of citizens who are more aware and engaged in preserving the municipality's cultural identity. As a result, a book was created about the history of Restinga Sêca\RS, illustrated by the children, with an emphasis on the local Railway Station.

Keywords: Child education. Restinga Sêca. Restinga Sêca Railway Station. Quarta Colônia Geopark. Heritage Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Colégio dos Jesuítas (Salvador).....	14
FIGURA 2 - Faculdade de Medicina da Bahia.....	14
FIGURA 3 – Fachada da EMEI Gente Inocente.....	31
FIGURA 4 – Fachada da EMEI Bela Vista.....	32
FIGURA 5 – Fachada da EMEF Três de Outubro.....	32
FIGURA 6 – Fachada da EMEF Sete de Setembro.....	33
FIGURA 7 – Fachada da EMEI Professor Edwaldo Bernardo Hoffmann.....	33
FIGURA 8 – Prédio recém terminado da Estação de Restinga Sêca, em 1926(a)....	47
FIGURA 9 – Prédio recém terminado da Estação de Restinga Sêca, em 1926(b)....	47
FIGURA 10 – Prédio restaurado da Estação de Restinga Sêca.....	48
FIGURA 11 – Vista interna do Prédio da Estação de Restinga Sêca.....	48
FIGURA 12 – Registro do momento da contação do Conto.....	50
FIGURA 13 – Crianças visitando o lado externo da Estação Ferroviária.....	50
FIGURA 14 – Desdobramento do trabalho com o conto: oficina de artes.....	53
FIGURA 15 – Produto final, livro ilustrativo.....	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Cronograma de atividades que foram desenvolvidas na elaboração do produto final.....	43
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	EDUCAÇÃO BRASILEIRA	13
2.1	CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	21
3	EDUCAÇÃO INFANTIL NO RIO GRANDE DO SUL	26
3.1	EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA	30
4	PATRIMÔNIO CULTURAL COMO UM DIREITO DA CRIANÇA	34
4.1	QUARTA COLÔNIA GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO	35
5	METODOLOGIA	41
6	PROPOSTA DE PRODUTO: ESTAÇÃO FÉRREA DE RESTINGA SÊCA/RS: ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	45
6.1	CONTO DESENVOLVIDO	46
6.2	PRODUTO DA DISSERTAÇÃO	49
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICE - PÁGINAS DO PRODUTO/LIVRO ILUSTRATIVO.	63

1 INTRODUÇÃO

As ferrovias, ao longo da história, tiveram fundamental importância para a estruturação do território. Márcio Silveira (2007) aponta o desenvolvimento de cidades e a difusão de influências em termos arquitetônicos e urbanísticos e patrimônio cultural. Em Restinga Sêca, região central do estado do Rio Grande do Sul, não foi diferente. Podemos dizer que o município surgiu a partir das paradas dos trens para o abastecimento das velhas locomotivas na caixa d'água. O trecho ligava Porto Alegre à Fronteira Oeste, em Uruguaiana/RS. Ainda que fosse uma parada para abastecimento, não poderiam desembarcar mercadorias destinadas aos comerciantes da região. Algo que era feito apenas nas estações ferroviárias de Jacuí ou Arroio do Só, sendo, posteriormente, transportados aos seus respectivos destinos em carroças, carretas ou lombo de burros entre outros. Desse modo, pelas dificuldades de transporte, uma comitiva se formou e pleiteou junto à Viação Férrea do Rio Grande do Sul a construção de uma estação ferroviária nas imediações da caixa d'água. Tal solicitação foi atendida, se tornando um marco histórico para o desenvolvimento do município.

A estação ferroviária de Restinga Sêca representa uma parte significativa da história local, lembrando a importância das ferrovias no desenvolvimento do município. Ela pode ser considerada um símbolo da época em que o transporte ferroviário era o principal meio de conexão entre as cidades, se fazendo presente na identidade local e se constituindo em um patrimônio local. Segundo o Art. 216 da Constituição Federal do Brasil:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, investigar, por meio do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, pela linha de pesquisa História e Patrimônio Cultural, a história do prédio da estação ferroviária de Restinga Sêca também com o intuito de produzir

material lúdico e significativo para o público da educação infantil, é uma iniciativa para promover o conhecimento histórico e cultural de forma acessível e envolvente. Permite também que as crianças mergulhem na história local de Restinga Sêca, por meio de uma abordagem dirigida, tornando o aprendizado mais significativo. Além disso, contribuirá para a valorização e preservação do patrimônio histórico da região e o senso de pertencimento.

Pode-se afirmar que a Educação Patrimonial desempenha um papel fundamental na afirmação de identidades e no empoderamento das pessoas como seres sociais e históricos, capazes de pensar, se comunicar, transformar, criar e realizar sonhos (FREIRE, 2011). É nos estados de criação e liberdade que os sonhos são gerados e a mediação social deve facilitar esse processo. A disseminação livre do conhecimento pode criar as condições básicas para uma compreensão fluida do patrimônio.

Segundo Rossato (2023, p. 84),

O município de Restinga Seca possui uma regulamentação, desde 2021 Resolução CME nº 02\2021, em que trabalha com o componente curricular na Área de Conhecimento das Ciências Humanas que inicia com a adoção da Educação Patrimonial no Ensino Fundamental Anos Iniciais em suas escolas, tendo carga horária prevista semanal. Em 2022, elaborou em sua estratégia de ensino por projetos voltados à Educação Patrimonial [...]

Já na Educação Infantil ainda não se tem uma proposta voltada para a educação patrimonial. É necessário um olhar dos professores, com uma abordagem pedagógica, que busque promover o conhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural e histórico desde os primeiros anos de vida das crianças. Por meio dessa prática educativa, as crianças têm a oportunidade de desenvolver uma consciência crítica em relação ao seu entorno cultural, compreendendo a importância de preservar e valorizar as manifestações culturais presentes em sua comunidade.

Nesse sentido, a autora, em suas vivências, ouviu várias histórias sobre a Estação Ferroviária de Restinga Sêca, pois era filha de um ferroviário que viveu de perto as histórias daquele lugar, e se encantava com tanta beleza a cada visita e passeio de trem até o município de Santa Maria/RS.

Percebo que as novas gerações mal conhecem a Estação Ferroviária de

Restinga Sêca. Sou professora da Educação Infantil e sempre trabalho com meus alunos buscando reviver essa história de forma lúdica e prazerosa, inclusive realizando passeios até o local. Contudo, percebo o pouco conhecimento e relação que eles têm com essa história, e muitas vezes não há nenhum material disponível que pudesse auxiliar na difusão dessas informações.

Para mim, que tive uma infância vivenciando e me encantando com a Estação Ferroviária, me sinto compelida a contribuir desde minha área de atuação. No entanto, também tenho uma vontade enorme e uma determinação em buscar conhecimento sobre a história da Estação Ferroviária do município de Restinga Sêca, não apenas para compartilhar com meus alunos, mas com as demais crianças do contexto educacional em que estou inserida.

Atualmente, trabalho na única Escola Municipal de Educação Infantil, atendendo crianças do pré-escolar de 4 anos e 11 meses a 5 anos e 11 meses, provenientes das mais diferentes classes sociais. Por ser a única escola que atende essa faixa etária dentro do perímetro urbano e de algumas localidades do interior, trabalhar com essas crianças é praticamente atingir boa parte do território do município. Minha formação é em Pedagogia e, dessa forma, penso em envolver as crianças da turma que trabalho para colocar em prática a presente proposta investigativa, unindo minha formação, minha atuação e a pesquisa de mestrado que realizo com ênfase na educação patrimonial.

Penso que aprofundar conhecimentos sobre essa temática e trazê-la de forma lúdica para a sala de aula pode contribuir significativamente na formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, em relação ao patrimônio cultural local. Além disso, essas crianças são o futuro do nosso município e se tornarão professores, médicos, advogados, vereadores, pais, mães, prefeitos e até mesmo deputados. Entendo que esse trabalho pode contribuir de forma significativa para a preservação do nosso patrimônio cultural, em especial da Estação Ferroviária de Restinga Sêca.

Assim como aquela menina que se tornou professora, eu acredito na importância da Educação. Amo minha terra e desejo contribuir para o fortalecimento da região. Tenho orgulho da nossa história. Acredito na preservação e conservação do patrimônio cultural, na necessidade de recursos pedagógicos culturais que atendam as crianças, despertando sua curiosidade e potencializando sua capacidade de repassar conhecimento para as famílias.

Diante do exposto, definimos como objetivo geral estimular a educação patrimonial na Educação Infantil do município de Restinga Sêca – RS, promovendo a preservação da identidade cultural local, alicerçados pelos pressupostos do Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO. Sendo assim, entendemos a importância de estudar a história da Estação Ferroviária do município de Restinga Sêca, enquanto patrimônio cultural local, para transmitir, de forma lúdica, aos estudantes da Educação Infantil do município.

Como objetivos específicos destacamos: promover a valorização das referências culturais da Estação Ferroviária de Restinga Sêca; estimular a preservação do patrimônio cultural local; incentivar o protagonismo das crianças como agentes da história, memória e patrimônio, reconhecendo-os como sujeitos ativos do processo cultural; desenvolver um livro infantil paradidático, como produto final, que possa auxiliar os professores que trabalham na educação patrimonial de Restinga Sêca por meio de um conto que celebra a história do município e da própria Estação Férrea. O presente texto, no próximo capítulo, apresenta um apanhado teórico sobre os principais eixos do trabalho. Seguido da metodologia e do produto desenvolvido.

2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A primeira escola no Brasil foi criada pelos jesuítas, o Colégio dos Meninos, localizado na cidade de Salvador-BA. A escola tinha como objetivo principal educar os filhos dos colonos portugueses e prepará-los para a vida religiosa. O objetivo principal dos Jesuítas era a propagação da fé católica por meio da educação e da evangelização. Com o passar do tempo, os jesuítas criaram outras escolas em diversas regiões do país. Além do ensino religioso, essas escolas ofereciam também uma formação humanística, que incluía disciplinas como gramática, retórica, filosofia e matemática. Para Cantos (2009, p.76), “Nos colégios que os jesuítas foram fundando ensinava-se a ler, escrever, contar e cantar, no entanto, o mais importante, de fato, era doutrinar o homem a fim de que esse estivesse ligado a Deus”. E

[...] todas as escolas jesuíticas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loyola, o *Ratio atque Instituto Studiorum Iesu*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum*. Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar, eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para a formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área de medicina (BELLO, 2001, p.2).

No entanto, a educação jesuítica no Brasil não era acessível a todos. Ela era restrita. Segundo Piletti (1986, p.166), “os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos”. A maioria da população não tinha acesso à educação formal, inclusive as meninas.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação no país passou por um período de instabilidade e falta de direcionamento. As escolas jesuítas foram fechadas e seus bens foram confiscados, e os padres foram proibidos de permanecerem em terras brasileiras. Essa mudança teve um grande impacto na educação do Brasil. O país passou por uma fase de transição para um novo sistema de ensino, resultando na interrupção do ensino formal para muitas comunidades. Isso afetou especialmente a população que já tinha pouco acesso à

educação, incluindo as meninas.



Figura 1 - Colégio dos Jesuítas (Salvador)
Disponível em :<https://pt.wikipedia.org/> (Pesquisa feita em 13 de junho de 2023)

No início do século XIX, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ocorreram mudanças significativas na educação brasileira, mais ainda, o direito à educação permanecia restrito a alguns. A família real estabeleceu escolas militares e civis, abriu as primeiras faculdades no país, evidenciando o caráter classista da educação. Em Salvador foi criado cursos de Cirurgia, Economia, Agricultura, Química e Desenho técnico (RIBEIRO, 2003).

Figura 2 - Faculdade de Medicina da Bahia



Disponível em :https://pt.wikipedia.org (Pesquisa feita em 13 de junho de 2023)

Houve muitos obstáculos para encontrar professores dispostos a trabalhar por um salário tão baixo, falta de recursos para construir escolas e fornecimento de materiais pedagógicos (NASCIMENTO et al, 2012).

No século XIX, com a independência do Brasil em 1822, a educação tornou-se uma questão política e social fundamental. A Constituição de 1824 estabeleceu a gratuidade a todos os cidadãos quanto a instrução primária (art. 179, XXXII). Segundo Piletti (2006, p. 24), “o problema, no entanto, para os eventuais interessados, era localizar os estabelecimentos em que tal instrução seria oferecida, já que os mesmos praticamente não existiam”.

Foram criadas várias políticas e programas governamentais para expandir a educação no país, incluindo a Lei de Ensino de 1827, que tornou o ensino primário obrigatório em todo o país. Também conhecida como Lei Geral de Instrução, foi uma das primeiras leis educacionais do Brasil independente e teve como objetivo tornar o ensino primário obrigatório em todo o país (BRASIL, 1827). Segundo o art. 1º: “Em todas as cidades, vilas e lugares populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” A Lei estabeleceu diretrizes para a organização do ensino, a formação de professores e a criação de escolas em todo o território nacional. Além disso, a Lei Geral de Instrução também incentivou a criação de escolas para meninas e a formação de professores do sexo feminino, uma iniciativa que buscava promover a igualdade de gênero na educação, como podemos perceber na fala de Moacyr:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, por quanto são elas :que dão a primeira educação aos seus filhos, são elas que fazem os homens bons e maus. São as origens das grandes desordens como de grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas. (MOACYR, 1936, p. 186).

Apesar de ser uma legislação importante para o avanço da educação no país, a implementação da Lei Geral de Instrução encontrou várias dificuldades ao longo dos anos, incluindo a falta de recursos financeiros, a escassez de professores qualificados e a falta de infraestrutura escolar em muitas regiões do país.

O Ato Adicional de 1834 e a Constituição de 1891 foram importantes marcos na descentralização do ensino no Brasil. O Ato Adicional estabeleceu a criação de Assembleias Legislativas Provinciais, dando maior autonomia às

províncias para decidirem sobre assuntos locais, incluindo a educação (CASTANHA, 2006). A Constituição de 1891 reforçou essa descentralização, estabelecendo que caberia às unidades federativas a responsabilidade pela organização e manutenção do ensino público. Buscava uma escola pública, de ensino laico e gratuito que garantisse a educação para todos independente de classe ou gênero eles deveriam ter a mesma oportunidade de aprendizagem (ARANHA, 1998).

No entanto, as províncias não tinham recursos e condições adequadas para criar uma rede organizada de escolas, o que contribuiu para o descaso com o ensino público e para a manutenção de um sistema dual de ensino. O ensino secundário e superior, voltado para a formação das elites, era oferecido em escolas particulares de renome e contava com recursos financeiros e professores qualificados. Por outro lado, o ensino primário e profissional, destinado às classes populares, era precário e oferecido em escolas públicas pouco estruturadas e com professores mal remunerados e pouco capacitados. Buscava-se uma escola pública, de ensino laico e gratuito que garantisse a educação para todos, independente de classe ou gênero, que deveriam ter a mesma oportunidade de aprendizagem (ARANHA, 1998).

Durante a Primeira República (1889-1930), a educação no Brasil sofreu algumas mudanças significativas. O período foi marcado por um grande esforço de modernização do país e, nesse contexto, a educação foi vista como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento e progresso do país.

Uma das principais mudanças ocorridas durante a Primeira República foi a ampliação do ensino primário, com a criação de escolas públicas em diversas regiões do país. Isso foi possível graças à descentralização do ensino, que permitiu que cada estado e município assumisse a responsabilidade pela organização e manutenção das escolas. Romanelli (1978, p. 43) afirma que

Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, “sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império.

Além disso, houve uma crescente preocupação com a formação de professores, com a criação de escolas normais e a realização de concursos

públicos para o ingresso na carreira docente. Outra mudança importante foi a introdução de um novo modelo de ensino secundário, que buscava preparar os alunos para o ingresso no ensino superior e para as novas demandas da sociedade.

Esse modelo foi influenciado pelo movimento Escola Nova, que defendia uma educação mais prática, voltada para a formação integral do indivíduo e para as necessidades da vida moderna. A partir desse modelo, surgiram novas instituições de ensino secundário, como os ginásios e colégios estaduais, que ofereciam uma formação mais ampla e diversificada.

Além disso, durante a Primeira República, a educação foi vista como um instrumento para a construção da identidade nacional e para a difusão dos valores republicanos. Para isso, foram criados programas de ensino de história, geografia e educação cívica, que buscavam valorizar a história e a cultura brasileiras e a formação de uma consciência nacional.

Apesar dessas mudanças, a educação ainda era restrita a uma parcela privilegiada da população e a maioria dos brasileiros permanecia sem acesso à escola. A educação rural, por exemplo, era praticamente inexistente e a educação das mulheres ainda era vista com preconceito e desconfiança. Além disso, havia uma grande desigualdade entre as regiões do país, com estados mais desenvolvidos oferecendo uma educação de melhor qualidade do que os estados menos desenvolvidos.

Após a Revolução de 1930, o governo de Getúlio Vargas implementou diversas reformas na área da educação, com o objetivo de modernizar o país e formar uma mão de obra mais qualificada. Uma das primeiras medidas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, unificando as áreas de saúde e educação. Foi criado o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo que tinha a função de formular e executar a política nacional de educação (ROMANELLI, 1978).

Outra importante reforma foi a criação das universidades federais, a partir de 1934, com o objetivo de garantir o acesso ao ensino superior a todas as camadas sociais. Também foram criados institutos técnicos federais, que ofereciam cursos profissionalizantes.

O governo Vargas também implementou políticas de valorização do magistério, com a criação do Estatuto do Magistério em 1931, que regulamenta a

profissão e estabelecia critérios para o ingresso na carreira. Além disso, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), com a finalidade de desenvolver estudos e pesquisas sobre o sistema educacional brasileiro.

No entanto, essas reformas também foram alvo de críticas, especialmente por parte dos setores mais conservadores da sociedade, que viam nelas uma ameaça à educação religiosa e tradicional. Além disso, a implementação das políticas educacionais enfrentou dificuldades, especialmente devido à falta de recursos financeiros e de pessoal qualificado para atuar no sistema educacional.

Durante o Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas reforçou o papel do Estado na área da educação, buscando criar um sistema educacional que fosse adequado às suas ideias de modernização e desenvolvimento do país. Uma das principais medidas foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, com o objetivo de formar mão de obra qualificada para a indústria. Também foram criados outros órgãos de formação técnica, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Outra importante iniciativa foi a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), em 1943, com o objetivo de ampliar o acesso à educação primária em todo o país. Foi criada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que regulamentou o ensino técnico no país.

Durante o governo populista (1945-1964), a educação continuou a ser vista como uma prioridade do Estado. Foram criados novos órgãos, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Federal de Educação (CFE). Houve também uma ampliação da rede escolar, com a criação de novas escolas e a expansão do ensino primário e secundário em todo o país. Foi criado o Plano Nacional de Educação, em 1962, que estabeleceu metas e diretrizes para a educação no país.

Durante o período do regime militar no Brasil (1964-1985), a educação sofreu grandes mudanças e intervenções por parte do Estado. Inicialmente, houve uma repressão aos movimentos estudantis e à liberdade de expressão nas universidades, com a cassação de professores e a proibição de discussões políticas em sala de aula.

Em 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que restringiu ainda mais as liberdades civis e políticas no país, incluindo o direito de greve e a

liberdade de imprensa (VICENTINO, 2002). Nesse contexto, a educação foi utilizada como instrumento de controle ideológico, com a criação de órgãos de censura e controle do conteúdo escolar rosa destaca que

Em virtude dessa política e das leis instituídas em seu benefício, muitos músicos, professores, artistas, escritores e estudantes foram perseguidos, presos, torturados e exilados. É natural compreender, portanto, que àquela altura as pessoas viviam sua forma particular de censura, ou o que é possível chamar de auto-censura (ROSA, 2006, p.41).

Além disso, o governo militar implementou uma série de reformas educacionais, com o objetivo de modernizar o sistema e alinhar a educação aos interesses do Estado e do mercado. Essas reformas incluíram a criação do Ensino de 1º e 2º graus, a unificação do currículo e a implementação de uma política de avaliação e mérito para professores e escolas (GADOTTI, 2001).

No entanto, essas mudanças foram criticadas por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais, que viam na reforma uma tentativa de privatização da educação e uma diminuição do papel do Estado na oferta de serviços educacionais. Além disso, a educação ficou marcada pelo sucateamento das escolas públicas, a falta de investimento em infraestrutura e a precarização das condições de trabalho dos professores.

A partir do fim do regime militar em 1985, a educação brasileira passou por uma série de mudanças e avanços significativos. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que estabeleceu a educação como um direito de todos e dever do Estado, além de garantir a liberdade de ensino, pesquisa e expressão nas instituições educacionais. O Plano Nacional de Educação tem como objetivos principais: o aumento do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade de ensino, reduzindo a desigualdade social no que se refere ao acesso e permanência na escola pública, além de democratizar o espaço escolar com a participação dos professores e da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola (RIBEIRO, 2003).

Foram implementadas diversas políticas públicas para a educação, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1996, que garantia recursos financeiros para a educação básica, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB) (NASCIMENTO, 2012). Aprovada em 1996, que estabeleceu as bases da organização e funcionamento do sistema educacional brasileiro,

[...] constituiu-se em um marco histórico importante na educação brasileira, uma vez que esta lei reestrutura a educação escolar, reformulando os diferentes níveis e modalidades da educação. (BITTAR; OLIVEIRA; MOROSINI, 2008, p. 10-11).

Nessa mesma linha, Kuhlmann (2001) destaca a consolidação da Educação Infantil no processo educativo, no processo de formação do cidadão. Nesse sentido, a Educação Infantil passou a ser considerada uma política pública e um direito social, o que contribuiu para a sua valorização e para o fortalecimento da nova concepção de infância, que reconhece as crianças como sujeitos de direitos e de cultura. Além disso, a formalização da municipalização da Educação Infantil contribuiu para a descentralização da gestão educacional, possibilitando a elaboração de políticas mais próximas às realidades locais e a promoção de uma educação de qualidade para todas as crianças. Kuhlmann Jr. (2001, p.46) diz que a LDB veio para:

[...] consolidar a Educação Infantil como um direito social e uma política pública, ao incorporá-la como o primeiro nível da Educação Básica. Essa medida teve como objetivo garantir a todas as crianças o acesso à educação desde os primeiros anos de vida, reconhecendo a importância dessa etapa na formação do indivíduo e no seu desenvolvimento como cidadão.

Nos anos 2000, o governo federal implementou diversas iniciativas para a expansão do acesso à educação, como o PROUNI - Programa Universidade para Todos (BRASIL, 2005), que oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda, conforme abordam Oliveira (2012) e Foreque (2013), este também recebe críticas, principalmente de pesquisadores ligados ao setor público, ao indicarem que o programa incentiva a oferta privada de educação e favorece o crescimento do setor privado a partir das isenções fiscais.

O PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que oferece cursos técnicos e profissionalizantes gratuitos, também

[...] segundo a Lei nº 12.513/2011, [...] atenderá como público prioritário: I-estudantes do ensino médio da rede pública,

inclusive da educação de jovens e adultos; II-trabalhadores; III-beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e IV-estudante que tenha cursado o ensino médio (BRASIL, 2011).

Buscando, desta forma, promover a qualificação e capacitação de jovens e adultos para o mercado de trabalho. Frigotto (1999) diz que “a inclusão desses diferentes grupos prioritários visava democratizar o acesso à educação técnica e profissional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país”.

Outra política importante foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) em 2007, que substituiu o FUNDEF e ampliou o financiamento para toda a educação básica, incluindo a educação infantil e o ensino médio (BRASIL, 2007b).

Apesar dos avanços, a educação brasileira ainda enfrenta diversos desafios, como a desigualdade de acesso e qualidade entre as escolas públicas e privadas, a falta de investimento em infraestrutura e a precarização das condições de trabalho dos professores, falta de professores qualificados, entre inúmeras outras situações que a educação brasileira vivencia. A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais a situação, com a interrupção das atividades presenciais e a ampliação das desigualdades educacionais trazendo prejuízos que serão sentidos ao longo prazo.

2.1 CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Educação Infantil no Brasil teve início no século XIX, com a criação de algumas instituições voltadas para o atendimento de crianças pequenas, principalmente filhos de famílias mais abastadas (KUHLMANN JR., 2011). No entanto, foi somente na década de 1970 que a Educação Infantil passou a ser reconhecida como uma etapa fundamental da Educação básica e a ser incorporada às políticas públicas educacionais brasileiras, visto que o Brasil enfrentava uma série de desafios na área da educação, dentre eles a elevada taxa de evasão escolar e repetência dos alunos das classes pobres no ensino fundamental (KUHLMANN JR., 2011). Com o objetivo de atender às necessidades desses alunos e suprir as carências culturais existentes na educação familiar da classe baixa, foi instituída a chamada educação compensatória.

A educação compensatória, também conhecida como pré-escolar, era

destinada a crianças de quatro a seis anos de idade, e tinha como objetivo prepará-las para o ingresso no ensino fundamental, oferecendo-lhes oportunidades educacionais que não eram encontradas em suas famílias ou comunidades. Essa modalidade de educação tinha como foco a promoção da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades sociais (KUHLMANN JR., 2000b).

No entanto, é importante destacar que a educação compensatória foi bastante criticada por alguns setores da sociedade, que a viam como uma forma de controle social e de "adequação" das crianças pobres às normas e valores da classe dominante. Além disso, havia a preocupação de que essa modalidade de educação pudesse reforçar estereótipos negativos sobre a classe baixa, ao invés de promover a inclusão social e a valorização da diversidade cultural. Kramer (1992, p.110, grifos do autor) coloca como se fosse possível solucionar os problemas sociais.

A nível do discurso oficial, a educação pré-escolar é sugerida como alternativa que irá solucionar os problemas sócias bem como os da escola de 1º grau. As diretrizes políticas da educação pré-escolar têm, nitidamente, o caráter de educação compensatória.

Durante a década de 1980, a educação pré-escolar no Brasil enfrentou um conjunto de questões complexas, que incluíam a ausência de uma abordagem global e integrada, a falta de coordenação entre os programas educacionais e de saúde, a predominância de uma perspectiva preparatória para o ensino fundamental, a carência de professores devidamente capacitados, a escassez de programas inovadores e a falta de envolvimento por parte das famílias e da sociedade .

A falta de envolvimento dos pais e da comunidade escolar prejudicava o desenvolvimento das crianças e limitava a efetividade das políticas públicas voltadas para a educação infantil.

Somente na Constituição Federal de 1988 que reconhece, a educação infantil como a primeira etapa da educação básica e estabelece que ela é um direito de todas as crianças de zero a cinco anos de idade. Além disso, a Constituição determina que a educação infantil seja oferecida em creches e pré-escolas, de forma gratuita, pelo poder público, e que seja responsabilidade

compartilhada entre a família, a sociedade e o Estado (BRASIL, 1988). O texto constitucional também estabelece que a educação infantil deve ser oferecida em consonância com as diretrizes e bases da educação nacional, que estabelecem as bases curriculares para essa etapa da educação básica, assim como para as demais etapas (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para a educação infantil no Brasil, ao reconhecê-la como um direito fundamental das crianças e estabelecer as bases para uma política pública voltada para essa etapa da educação básica. Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 208. Promulgada em 5 de outubro de 1988 traz no seu artigo (208).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (BRASIL, 1988)

O artigo estabelece que é dever do Estado garantir a oferta de educação básica obrigatória e gratuita para todas as crianças e jovens brasileiros, dos 4 aos 17 anos de idade. Além disso, reconhece a importância da educação infantil, assegurando a oferta de creche e pré-escola para as crianças até cinco anos de idade (BRASIL, 1988). Esse reconhecimento reforça a ideia de que a educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação.

Somente no ano de 1990 houve uma ampliação da concepção de criança na educação infantil, com maior ênfase na perspectiva socio-interacionista proposta por Vygotsky (1991). Essa perspectiva reconhece a criança como um sujeito social e histórico, que constrói seu conhecimento por meio das interações que estabelece com outras pessoas e com o ambiente ao seu redor.

Vygotsky (1991) defendia que o desenvolvimento humano ocorre por meio de processos sociais e culturais, que envolvem a aquisição de conhecimentos, valores e práticas que são próprias de uma determinada sociedade ou cultura. Dessa forma, a educação infantil deve proporcionar experiências que favoreçam o

desenvolvimento integral da criança, levando em consideração suas particularidades e contextos sociais e culturais.

Há um fortalecimento da concepção de infância, novas medidas vêm garantir essa concepção de infância, que reconhece a criança como sujeito de direitos e cidadã em formação. Com a criação da ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990 e a incorporação da Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica na nova LDB (Lei nº9394/96), a educação passa a ser vista como um direito universal das crianças, independentemente de sua condição socioeconômica, raça ou gênero.

A municipalização da Educação Infantil, formalizada pela LDB, tornou-se uma importante estratégia para garantir o acesso das crianças a essa etapa de ensino, uma vez que os municípios têm maior proximidade com as famílias e conhecem melhor as demandas locais. Dessa forma, essas medidas legais foram essenciais para a consolidação de políticas públicas voltadas para a Educação Infantil no Brasil (GOMES, 2001).

A ECA foi uma lei importante para a promoção da cidadania e proteção integral desses grupos sociais, contribuindo para uma nova concepção de infância e adolescência na sociedade brasileira. Até nos dias de hoje, a ECA é de extrema importância, pois garante os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, como o direito à educação, saúde, alimentação, lazer e convivência familiar e comunitária, [...] valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura, além de protegê-los de diversas formas de violência e exploração (BRASIL, 1990).

A ECA é uma ferramenta essencial para que a sociedade brasileira possa garantir a proteção integral das crianças e dos adolescentes, assegurando-lhes a dignidade como pessoas em desenvolvimento e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Além disso, é importante destacar que a ECA (Lei n. 8.069 de 1990) também estabelece as medidas de proteção e socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, com o objetivo de promover a sua reintegração social e o respeito aos seus direitos humanos.

Outro marco nos direitos da Educação Infantil no Brasil foi a criação do RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil) em 1998 foi um importante marco na história da Educação Infantil no Brasil. Esse documento

representou um avanço na busca por uma estruturação mais sólida do papel da Educação Infantil, oferecendo um conjunto de orientações e diretrizes pedagógicas para o trabalho com crianças de zero a seis anos de idade. O RCNEI (1998), propôs uma abordagem integrada do cuidar e do educar, reconhecendo que ambos os aspectos são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças nessa faixa etária. Essa abordagem se tornou um dos maiores desafios da Educação Infantil, uma vez que exige a articulação de saberes e práticas de diferentes áreas, como saúde, psicologia e pedagogia. O RCNEI (1998), também buscou valorizar as experiências e saberes das crianças e de suas famílias, e reconhecer a importância da diversidade cultural e social na formação das identidades das crianças.

Os cuidados com as crianças pequenas não devem ser vistos como atividades isoladas e descontextualizadas da ação educativa. É preciso, ao contrário, promover uma integração entre essas práticas, visando à garantia da qualidade do atendimento e ao desenvolvimento integral das crianças (BRASIL, 1998).

O RCNEI (1998), traz uma nova concepção importante para educação infantil valorizando a diversidade cultural e respeitando as diferenças individuais, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, autônomos e conscientes de seu papel na sociedade.

A etapa da Educação Infantil desempenha um papel fundamental na formação integral do indivíduo. Durante esse período, a criança desenvolve habilidades socioemocionais, cognitivas, motoras e linguísticas que serão essenciais ao longo de sua vida. Além disso, essa fase desempenha um papel importante na socialização, na construção da autoestima, na autonomia e na formação de valores e identidades culturais. Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998, p.11):

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas.

3 EDUCAÇÃO INFANTIL NO RIO GRANDE DO SUL

A partir da Constituição de 1988 que se estabeleceu que a Educação Infantil não é um favor ou uma concessão, mas sim um direito garantido pelo Estado. Essa obrigatoriedade reforça a importância da educação na primeira infância como base para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico da criança, contribuindo para a formação de indivíduos críticos e participativos na sociedade, na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 208, promulgada em 5 de outubro de 1988. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996 traz no seu artigo 208 que

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) “II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (redação dada pela mesma EC nº 14)“III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; “IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; 6 “V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; “VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; “VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático- escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1996).

Essa mudança de enfoque na educação infantil, deixando de lado a perspectiva assistencialista para priorizar a função educativa, foi fundamental para o reconhecimento da importância dessa etapa na formação do indivíduo e na garantia de direitos. Além disso, essa mudança também trouxe consigo a necessidade de investimentos em formação e qualificação de profissionais que atuam nessa área, visando garantir a qualidade do atendimento e do ensino oferecidos às crianças onde foi definido as competências de cada um dos entes federados, no que concerne à oferta da educação. Segundo artigo 211 da Constituição Federal:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. “§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino

mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) fundamental e na educação infantil. (idem) “§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (idem) “§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (BRASIL, 1988).

Fica a responsabilidade dos municípios sobre a gestão da educação infantil, entretanto, apesar da municipalização da educação infantil, a União também possui uma responsabilidade em relação a essa etapa da educação básica. Ela deve oferecer apoio financeiro e técnico aos municípios para que possam garantir um atendimento de qualidade às crianças. Essa cooperação entre as esferas de governo é fundamental para que a educação infantil possa cumprir sua função de promover o desenvolvimento integral das crianças e contribuir para a formação de cidadãos conscientes e críticos.

A constituição do estado do Rio Grande do Sul (1989) reafirma a incumbência dos municípios na educação infantil e exige o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados, visando assegurar a efetividade desse direito fundamental.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990, reiterou a responsabilidade do Estado em assegurar a efetivação dos direitos da população jovem. Esse estatuto estabeleceu normas para a proteção integral das crianças e adolescentes, considerando-os como sujeitos de direitos e propondo ações de promoção, proteção e defesa de seus direitos em diversas áreas, incluindo a educação. Dessa forma, o ECA (1990) contribuiu para consolidar a concepção de infância como um período de desenvolvimento que deve ser protegido e promovido, e não apenas assistido ou negligenciado. Além disso, o ECA também reconheceu a educação como direito fundamental da criança e do adolescente, assegurando-lhes o acesso à escola e o direito à permanência e à aprendizagem. Dessa forma, a legislação reforça a importância da educação para o desenvolvimento pleno desses sujeitos e para a garantia de seus direitos.

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; “II - direito de ser respeitado por seus educadores; “III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; “IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; “V -

acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. “Parágrafo Único - É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. “Art 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: “I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; “II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; “IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; 8 “V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; “VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; “VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. “§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. “§ 2º - O não- oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. “§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola (BRASIL,1990).

Nessa mesma linha a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preconiza no seu art 4º.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: “... “IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade; (BRASIL, 1996)

E ratificou o dever dos Municípios em ofertá-la:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:“V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996).

Ambos documentos destacam a importância de uma abordagem integral e multidimensional na educação infantil, considerando não apenas o aspecto cognitivo, mas também o físico, emocional, social e cultural da criança. É fundamental que as políticas públicas voltadas para a educação infantil reconheçam a criança como um ser completo e complexo, com suas particularidades e necessidades específicas, para que possam promover uma formação integral e de qualidade.

O Plano Nacional de Educação - PNE de 2000 reforçou a importância da educação infantil como uma etapa fundamental na formação integral da criança,

estabelecendo diretrizes e metas para sua ampliação e melhoria no país como a “consolidação de políticas, diretrizes e ações destinadas à ampliação do acesso à educação infantil, visando à garantia do direito à educação de qualidade às crianças de 0 a 5 anos de idade” (BRASIL, 2001).

Além disso, a definição de metas específicas para a oferta de vagas para crianças de até 3 anos de idade demonstrou a preocupação em atender também essa faixa etária, historicamente negligenciada no acesso à educação. O PNE (2000) estabeleceu a obrigatoriedade dos Estados e Municípios elaborarem seus próprios planos para a educação infantil, a fim de garantir a adequação das metas gerais às realidades e necessidades locais. Com isso, a educação infantil passou a ser vista como uma etapa fundamental da educação básica e ganhou ainda mais importância na agenda das políticas públicas educacionais.

É importante destacar que os planos estaduais de educação devem estar em consonância com o Plano Nacional de Educação e com a legislação federal sobre a educação infantil. O Plano Estadual de Educação é um instrumento de planejamento que define as diretrizes, metas e estratégias para a educação em determinado estado, contemplando todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive a educação infantil. Assim, é fundamental que as políticas específicas de atendimento à primeira infância estejam presentes nos planos estaduais, para que se possa garantir a efetivação dos direitos das crianças e a qualidade do atendimento oferecido.

Dentre os objetivos e metas definidos no Plano para a educação infantil, destacam-se:

Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, 30% da população de até três anos de idade e 60% da população de quatro e cinco anos e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de zero a três anos e 80% das de quatro e cinco anos. Incluir as instituições de educação infantil no sistema nacional de estatísticas educacionais no prazo de três anos. Assegurar que, em três anos, todas as instituições de educação infantil tenham formulado seus projetos pedagógicos, com a participação da comunidade escolar nelas envolvidas, adequando-as às normas dos respectivos sistemas de ensino. Estabelecer parcerias entre as redes estadual, municipal e particular de ensino, para a promoção de cursos de capacitação de professores de educação infantil, incluindo o ensino religioso, visando a capacitar 50% dos profissionais em cinco anos e 100% em dez anos, constituindo-se um programa de capacitação permanente. Colocar em execução a política de formação em serviço, em cada Município ou por grupos de Municípios, preferencialmente, em articulação com instituições de ensino superior, com a cooperação técnica e financeira da União, do Estado e dos Municípios, para habilitação e atualização sistemática dos profissionais que atuam na educação infantil, bem como para a formação

do pessoal auxiliar, a fim de: a) em três anos, em todas as instituições de educação infantil, pelo menos um dos dirigentes tenha habilitação em curso normal, com vistas à formação no ensino superior; b) em cinco anos, todos os professores obtenham habilitação específica na modalidade Normal e, em dez anos, 70% deles, formação específica de nível superior; c) estabelecer parcerias entre as redes estadual, municipal e particular de ensino, para a promoção de cursos de capacitação de educadores da educação infantil (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Um dos grandes avanços nos últimos anos, que pode ser dito que foi um momento histórico de transformação foi a construção da democracia, com a participação de todos na construção em regime de colaboração do Referencial Curricular Gaúcho, em que educadores participaram efetivamente e democraticamente. O referencial curricular gaúcho da educação infantil deriva do documento nacional (BNCC), assim como dialoga com o DCNEI (2009), oferecendo subsídios.

Esse documento apresenta uma proposta pedagógica que valoriza a criança como sujeito de direitos e como protagonista do processo de aprendizagem. Além disso, enfatiza a importância do brincar, da ludicidade e da interação social na formação das crianças. Desse modo,

O RCG da Educação Infantil é um documento que auxilia os professores na construção de um trabalho pedagógico efetivo, que contemple o desenvolvimento integral das crianças, respeitando suas diferenças e singularidades. (RIO GRANDE DO SUL, 2020)

O Referencial Curricular Gaúcho também reconhece a diversidade cultural e social do estado do Rio Grande do Sul, valorizando as diferentes formas de expressão e manifestações culturais presentes na região. Dessa forma, busca-se promover uma educação infantil que seja inclusiva e que respeite as singularidades de cada criança.

3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e é destinada a crianças de zero a cinco anos de idade. É uma fase muito importante para o desenvolvimento integral da criança, pois é nessa etapa que se desenvolvem habilidades e competências fundamentais para a vida, como a linguagem, a coordenação motora, a socialização, entre outras.

A Educação Infantil é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece que é dever do Estado em regime de colaboração e organização no sistema de ensino da União assegurar atendimento em creches e pré- escolas às crianças de zero a cinco anos de idade. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas e diretrizes para a educação infantil, como a ampliação do acesso, a melhoria da qualidade do atendimento e a valorização dos profissionais da área.

No ano de 2023, segundo dados levantados pela autora desta dissertação, Restinga Sêca atendia 468 crianças na faixa etária de zero a cinco anos que necessitam de escolarização. A seguir, para fins de contextualização da Educação Infantil no município, apresentam-se algumas informações das Escolas de Restinga Sêca que trabalham com esse público.

A Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI Gente Inocente situada na região central do município tem como filosofia “Educação e cuidado da criança, visando a formação da identidade pessoal”. Atende crianças na faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses, com um número total de 118 alunos.

Figura 3 – Fachada da EMEI Gente Inocente



Fonte: Arquivo Pessoal

A EMEI Bela Vista, localizada na região urbana do Município tem como filosofia “O aprender se faz brincando”. Número total de crianças: 68 sendo alunos meio turno e integral.

Figura 4 – Fachada da EMEI Bela Vista



Fonte: Arquivo pessoal

A Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF Manoel Albino Carvalho é localizada na área rural denominada São Miguel. O número total de crianças atendidas são 12.

A EMEF Três de Outubro é localizada na área rural denominada Lomba Alta e temm como filosofia “Escola-Família-Comunidade integradas para formar um homem crítico e atuante a partir da contextualização de sua realidade”. Tem oito alunos.

Figura 5 – Fachada da EMEF Três de Outubro



Fonte: Arquivo pessoal

A EMEF Sete de Setembro é localizada na área rural denominada Vila Rosa tem como filosofia “Interdisciplinaridade, educação e cultura”. Possui 22 alunos na educação infantil.

Figura 6 – Fachada da EMEF Sete de Setembro



Fonte: Arquivo pessoal

A EMEI Professor Edwaldo Bernardo Hoffmann está localizada na Rua Lindolfo Streck s/n , Passo do Faxinalzinho tem como filosofia: “Educação, caminho para uma vida digna”. A única escola que atende a faixa etária obrigatória da educação infantil está situada na zona urbana e atende 191 crianças .

Figura 7 – Fachada da EMEI Professor Edwaldo Bernardo Hoffmann



Fonte: Arquivo pessoal

A EMEF Dezidério Fuzer, localizada na área rural denominada São Miguel, tem como Filosofia o pleno desenvolvimento das capacidades de participação, criatividade e senso crítico, com conscientização de necessidades de sermos agentes de transformação e humanização na sociedade em que estamos inseridos. Atende 49 crianças da educação infantil, sendo a primeira escola do interior a receber etapa creche. Cabe destacar que o município ainda conta com uma escola particular.

4 PATRIMÔNIO CULTURAL COMO UM DIREITO DA CRIANÇA

Em seu artigo 215, a Constituição Brasileira (1988, p.120) declara que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. O referido artigo assegura o direito constitucional a difundir a cultura e, nesse sentido, a escola, por meio da parte diversificada do currículo, deve trabalhar temas transversais, como o estudo do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural. Nesse sentido, a escola vem assegurar e garantir conhecimentos, pois não existe caminho mais eficaz que a educação, em todas as suas etapas, inclusive na infantil. Fernandes (2005) acredita que precisamos, propiciar, por meio do ensino em todos os níveis, o conhecimento de nossa diversidade cultural e pluralidade étnica, bem como a necessária informação sobre os bens culturais de nosso rico e multifacetado patrimônio histórico. Segundo Gadotti (2010b, p.6)

Se a escola é o locus central da educação, ela deve tornar-se o pólo irradiador da cultura não apenas para reproduzi-la ou executar planos elaborados fora dela, mas para construir e elaborar a cultura, seja a cultura geral, seja a cultura popular, pois existe uma só cultura como obra humana (unidade humana na pluralidade dos homens). O seu corolário é a comunicação entre as escolas e a população. A escola precisa ser o local privilegiado da inovação e experimentação político-pedagógica.

Ainda, para Gadotti (2010b), a escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, porque é nela que se dá a socialização do conhecimento historicamente acumulado e sistematizado pela humanidade.

Dessa forma, é fundamental que desde a Educação Infantil sejam trabalhados temas relacionados à cultura, patrimônio e diversidade, a fim de formar cidadãos conscientes e críticos, capazes de valorizar e respeitar a rica diversidade cultural presente em nosso país. É fundamental

[...] levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.4).

Impossível pensar, então, na preservação do patrimônio sem vinculá-lo à sua transmissão, difusão e apropriação. Mais impossível ainda é pensar que as escolas não têm papel fundamental na construção de um novo sujeito, frente a manutenção do nosso patrimônio. Sobre isso, Junqueira (2015, p.10) afirma que

É somente quando se conhece os elementos que compõem a riqueza e diversidade cultural de cada comunidade, qual sua origem e de que forma contribui para a formação da identidade nacional, é que se torna possível o respeito a essa diversidade e a multiplicidade de expressões e formas com que a cultura se manifesta nas diferentes regiões, a começar pela linguagem, hábitos e costumes.

Diante disso, percebe-se que a Educação para o Patrimônio Cultural carrega em si um papel fundamental na valorização e preservação dos bens culturais. Em consonância com a discussão traçada, os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam a educação patrimonial como um tema transversal a ser trabalhado, valorizando a diversidade cultural.

4.1 QUARTA COLÔNIA GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO

A região da Quarta Colônia está localizada na parte central do Rio Grande do Sul, Brasil, próximo a cidade de Santa Maria, e é composta por nove municípios. São eles: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. O Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO está em um espaço territorial rodeado por paisagens naturais, com uma singularidade paleontológica única, além das etnias alemã, italiana, portuguesa e afro-brasileira, produzindo assim, uma diversidade cultural e patrimonial, relevante no cenário turístico. Vem se

buscando maneiras de desenvolver o potencial turístico dos nove municípios de forma sustentável, indo ao encontro da melhoria das condições de vida das populações em seu entorno e promovendo os valores endógenos de modo integrado com a valorização local e turística. Nessa proposição, a valorização do patrimônio paleontológico é uma estratégia de desenvolvimento sustentável que tem como objetivos a geração novas oportunidades de desenvolvimento, conservação e enaltecimento do patrimônio, alinhado com a educação e o turismo.

Os nove municípios que compõem a Quarta Colônia, apresentam uma condição ímpar dentro do território brasileiro para a consolidação de um geoparque. As características ali encontradas como suas paisagens cobrem encostas e vales, da raridade dos fósseis ali encontrados, representados por variadas espécies de dinossauros. A Quarta Colônia é um território que guarda marcas de um passado com mais de 200 milhões de anos, pela cultura preservada dos seus imigrantes que tem como registro da sua chegada oficialmente, neste território em 1857 com a chegada de grupos de imigrantes de cultura alemã (MARCUIZZO, 2021) . O objetivo do Geoparque da Quarta Colônia é preservar e compartilhar sua rica história geológica e a biodiversidade, e promover o desenvolvimento econômico sustentável da região.

Para alcançar esse objetivo, o Geoparque oferece uma ampla gama de atividades educacionais, como trilhas, visitas guiadas e exposições, bem como programas de pesquisa e monitoramento para garantir a proteção de suas riquezas naturais nessa perspectiva:

La iniciativa de los geoparques fue consolidada formalmente en el año 2000 por cuatro territorios en Europa a través de un proyecto LEADER de fondos europeos. Cuatro años después, un grupo internacional de promotores de la idea de geoparques, reunidos en París, acordaron el establecimiento de una Red Global de Geoparques, que incluía en ese momento 17 territorios europeos y ocho de China. En junio del mismo año, durante la Primera Conferencia Internacional de Geoparques celebrada en Beijing (China), fue establecida formalmente la Red Global de Geoparques (GGN por sus siglas en inglés) bajo los auspicios de la Unesco. La GGN es una organización internacional comprometida con la conservación, gestión y comunicación del patrimonio de la Tierra (Mc Keever & Zouros, 2005). Hasta la primavera de 2020 la GGN cuenta con 161 Geoparques. (GONZÁLEZ; PRIETO, SÁ, 2021, p.20)

O que torna este território único com potencial turístico que carrega alto poder de desenvolvimento local. Desde 2018, algumas iniciativas já ocorreram na UFSM e nos territórios para a concretização de um geoparque, que vai trazer os

municípios inúmeros benefícios, como econômico, social, preservação e conservação dos patrimônios material e imaterial, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável aliada a uma gestão de qualidade aliado na geoconservação, educação e geoturismo.

O turismo sustentável é um modelo de turismo que busca minimizar seu impacto negativo no meio ambiente, na sociedade e na economia local, e maximizar seus benefícios positivos. Para Santana (2009, p. 125), a elaboração de projetos que sigam os preceitos do desenvolvimento sustentável ou do turismo responsável, promovidos tanto de forma exógena como endógena, possibilita experiências positivas para os visitantes. O objetivo é garantir que o turismo contribua para o desenvolvimento econômico e social de uma região, ao mesmo tempo em que preserva e protege seus recursos naturais e culturais.

É muito difícil operar grandes mudanças em grande escala, em especial num contexto de globalização. Mas é possível reorientar territórios específicos, com as suas respectivas comunidades, invertendo o quadro de pensamento único a partir da valorização da diversidade cultural, que sempre foi a principal vantagem adaptativa dos humanos (SANTANA, 2009, p.125).

O geoturismo na Quarta Colônia apresenta uma estratégia de desenvolvimento sustentável aliada a uma gestão de qualidade que passa por três componentes principais em um geoparque: geoconservação, educação e ecoturismo. O turismo sustentável é uma importante estratégia para o desenvolvimento econômico e social de uma região, ao mesmo tempo em que preserva e protege seus recursos naturais e culturais. É uma forma de garantir que o turismo tenha um impacto positivo no mundo, ao invés de negativo. O geoturismo sustentável na Quarta Colônia vem se apresentando como um segmento promissor da atividade turística, relacionado ao ecoturismo, com características específicas e essenciais à conservação da geodiversidade e a promoção do crescimento econômico local das comunidades. São inúmeras as possibilidades aliadas o geoturismo, que vem contribuir com desenvolvimento local e a trazer ganhos a toda a região da Quarta Colônia, inclusive a possibilidade de se trabalhar em rede, Ponte (2022, p.8) afirma:

As redes assumem, hoje, tipologias muito diversas. Redes temáticas, redes locais, redes regionais, nacionais ou transnacionais. Se aquelas que integram instituições próximas, podem ter uma função mais de

coordenação administrativa , as redes regionais assumem um papel mais importante na promoção do turismo 8, na articulação de políticas comuns, no desenvolvimento de programas mais alargados, apresentando-se aos públicos como produtos de alta qualidade, integradas pelas melhores instituições no seu domínio, ganhando maior capacidade de atração, fruto de uma cada vez maior abertura ao exterior.

Restinga Sêca que faz parte do Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO, como a maioria dos demais municípios da Quarta Colônia, se originou da doação de sesmarias, no final do século XIX. À margem direita da sanga da restinga foi levantada uma caixa de água necessária para abastecer os trens que ali passavam.

O marco histórico para a fundação do município se ampara na Lei número 3.730, de 25 de março de 1959, data de sua criação, e foi publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 30 de março de 1959. De acordo com a história do município, a importância da Estação Ferroviária no desenvolvimento do local fica evidenciada na construção da identidade territorial, na importância que foi economicamente e no valor histórico que possui.

Hoje com o desmanche causado pelo incentivo político brasileiro, propiciou um processo de abandono aos bens patrimoniais, podemos dizer que estação do Município de Restinga Sêca, renasce numa nova perspectiva. Ela foi revitalizada e conta com muitas atividades, desde o Brique da Estação com expositores de artesanato, agroindústrias, cervejarias e alimentação até mostras culturais, dança, pinturas, entre outros. Na edificação está também localizada a Secretaria de Cultura. Lá se recebem todos os dias visitas para conhecer o local, tirar fotos, recordar história dos tempos do famoso trem Húngaro que fazia o trajeto Porto Alegre - Uruguaiana, passando pela Estação de Restinga Sêca, que fez parte de muitas histórias, encontros e desencontros.

É necessário que todos se apropriem da identidade local, conhecendo assim a sua própria história, suas raízes culturais e auxiliando na preservação do patrimônio. Neste sentido, o turismo sustentável enfatiza a importância de preservar os recursos culturais e naturais de uma região, a fim de mantê-los para as gerações futuras. Para Ponte (2022, p.45),

[...] a Cultura exerce hoje uma forte influência e poder transformador na sociedades contemporâneas através de diferentes tipologias de manifestações que vão desde a preservação e valorização do patrimônio cultural, através de monumentos e/ou museus até às diferentes

manifestações artísticas contemporâneas alavancadas pelo desenvolvimento claro das indústrias culturais e criativas, reforçando a identidade cultural e a coesão social num momento de acelerada mudança económica e social. Só com esta perspetiva que traz a pessoa humana para o centro da discussão conseguiremos um desenvolvimento sustentável e que garanta o respeito e igualdade entre os povos. Em Portugal, a Conta Satélite da Cultura, revelada em 2018, apresenta-nos um conjunto de dados relevantes sobre o setor.

É necessário conhecer nossas histórias para assim se apropriar e zelar. O Geoparque Quarta Colônia vem contribuir para o desenvolvimento local. Mas também vem trazer conhecimento da nossa riqueza. Traz um novo olhar, pois podemos preservar ao mesmo tempo crescer economicamente.

A forma perfeita de gestão de um geoparque é a gestão compartilhada, na qual cada órgão deve assumir, de forma exemplar, sua responsabilidade pelos componentes apresentados pelo geoparque. Deve ainda, tendo sempre em conta o valor e a singularidade desse patrimônio, promover todas as formas do desenvolvimento, quando compatíveis com sua preservação. Lembre-se que, segundo a UNESCO, um geoparque deve contribuir substancialmente para o desenvolvimento sustentável da região onde se insere, com ênfase para o turismo, mais exatamente, o geoturismo, em consonância com a proteção do meio ambiente, a promoção da educação e pesquisa, a geração de emprego e renda, além da preservação e difusão do nosso rico patrimônio material e imaterial (DELPHIM, 2009, p.52).

O autor acredita que para o sucesso de um geoparque é necessário uma gestão partilhada, na qual cada entidade deve assumir, rigorosamente, sua responsabilidade pelos componentes apresentados pelo geoparque. Nesse sentido, pode-se dizer que a educação e o patrimônio cultural são elementos fundamentais no desenvolvimento de um turismo consciente e sustentável, pois ajudam a criar turistas mais conscientes, que compreendem a importância do meio ambiente e, desta maneira, promovem a preservação e proteção dos recursos culturais e naturais de uma região. Ao oferecer aos turistas a oportunidade de aprender e se enriquecer com a experiência, é possível garantir que o turismo tenha um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

Já o patrimônio cultural é um recurso importante para atrair turistas e pode ser uma fonte de renda para as comunidades locais, desde que preservado e protegido. Prédios históricos como a Estação vem ao encontro do turismo. Aliada com diferentes segmentos, exemplificamos, um café da manhã na Estação. Produtores locais podem se unir no local, depois do café, para um passeio de dim

dim pela linha do trem, entre tantas ideias que podem transformar a estação em um local ainda mais visitado, e dessa forma contribuir com o turismo sustentável.

O turismo e o patrimônio estão estreitamente relacionados, pois o patrimônio cultural é uma importante atração turística e pode ser um meio para preservar as tradições e valores culturais. Ao mesmo tempo, o turismo pode contribuir para o desenvolvimento econômico de uma região e para a valorização do seu patrimônio cultural. No entanto, é importante garantir que o turismo seja desenvolvido de forma sustentável, respeitando o patrimônio cultural e as comunidades locais. Isso pode ser alcançado por meio de políticas públicas que valorizem a educação e a conscientização sobre o patrimônio cultural, além de projetos de preservação e valorização do patrimônio. Ou seja, o turismo e o patrimônio são elementos complementares e podem ser usados em conjunto para promover o desenvolvimento cultural e econômico de uma região, desde que sejam conduzidos de forma responsável e consciente.

Para encerrar podemos acrescentar que a perspectiva de desenvolvimento apresentada aconcora-se, segundo a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 - EFD 2020-2031 - DECRETO Nº 10.531, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020, que está estruturada em 5 eixos e no eixo 1, de caráter econômico, encontra-se o objetivo de aproveitamento das potencialidades regionais, ou seja, desenvolver o potencial do turismo no Brasil por meio da valorização do patrimônio cultural e natural para visitação, do aproveitamento de destinos turísticos inteligentes e da expansão segmentada dos produtos turísticos brasileiros. E, nessa lógica o município de Restinga Sêca, a partir do reconhecimento do território como Geoparque UNESCO e seus potenciais, em especial neste caso o patrimônio cultural constituído pela sua Estação Férrea, pode colaborar, já que o desenvolvimento do município é considerado baixo pelo Instituto Cidades Sustentáveis¹. Dentro do ODS 4 – Educação de Qualidade o município é considerado Médio - 50 a 59,99. Neste sentido, a presente proposta de investigação aporta a esse ODS, visto que contempla um indicador que é de “centros culturais, casas e espaços de cultura” que, no caso em tela, pode ser otimizado a partir do trabalho de educação patrimonial voltado para a Educação Infantil, tendo como foco a valorização da Estação Férrea, origem da municipalidade.

A título de informação em maio de 2023, o então Geoaprque Quarta

Colônia Aspirante UNESCO foi comunicado de seu reconhecimento como território Geoparque depois da Assembleia Geral realizada em Paris e, em setembro do mesmo ano, recebeu o título de Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO na Conferência Mundial dos Geoparques, realizada no Marrocos.

¹ Para mais informações ler <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/4315503/>

5 METODOLOGIA

A metodologia aplicada nesta dissertação envolve a pesquisa exploratória, que visa conhecer o assunto de uma forma mais ampla e flexível, não se limitando a uma estrutura rígida do ponto de vista de seus objetivos (GIL, 1991). Podemos dizer que a abordagem exploratória busca compreender os fenômenos estudados de maneira mais abrangente e, se necessário, realizar ajustes para melhorar e corrigir possíveis desvios ou erros (GIL, 2002). Ainda, a pesquisa exploratória

Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso (GIL, 2002, p.41).

Desse modo, a pesquisa exploratória é uma etapa inicial valiosa em uma dissertação, permitindo ao pesquisador obter maior familiaridade com o tema, construir hipóteses e direcionar o desenvolvimento da pesquisa de forma mais sólida e fundamentada, conhecendo mais a fundo o tema pesquisado.

Compreendemos esta investigação também como qualitativa. Araújo e Oliveira (1997, p.11) sintetizam a pesquisa qualitativa da seguinte forma:

[...] se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

Nesse sentido, buscamos a compreensão do contexto para contribuir ao protagonismo infantil, considerando o ambiente em questão e indo além de uma simples descrição de dados. Buscamos uma ação através de uma pesquisa para a potencialização do aprendizado das crianças e sua identificação com o local. Para Thiollent (2005, p.14), a pesquisa

[...] é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo.

Entendemos essa pesquisa como qualitativa, pois não se trata apenas de entender o que acontece, mas também tomar medidas concretas para fortalecer e empoderar as crianças para que assumam um papel ativo e participativo em suas vidas e na comunidade em que vivem.

Para Gil (2008) a pesquisa qualitativa também pode incorporar atividades participativas, como grupos focais com as crianças, oficinas ou outras formas de envolvê-las diretamente no processo de pesquisa.

Já o estudo bibliográfico busca compreender e embasar a dissertação e é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50).

Para o referido autor, ao realizar uma pesquisa bibliográfica, o pesquisador busca entender o estado atual do conhecimento sobre o tema em estudo, identificar conceitos-chave, teorias relevantes, bem como obter informações históricas e contextuais. Além disso, a revisão bibliográfica auxilia na fundamentação da justificativa e dos objetivos da pesquisa, permitindo situar o estudo em relação a pesquisas anteriores e abordagens teóricas existentes. Para Lakatos e Marconi (2002, p.183), a pesquisa bibliográfica

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

A pesquisa bibliográfica também pode fornecer evidências e argumentos para apoiar as conclusões e discussões apresentadas no trabalho. Para incrementar o arranjo metodológico, usou-se de visitas *in-loco* para fornecer dados detalhados e contextuais que podem aprofundar a compreensão do tema estudado e contribuir para a qualidade e relevância dos resultados.

A proposta da visita guiada é possibilitar a relação dos alunos com a realidade, oportunizando a documentação do real pela apreensão da

observação sensível direta. Com isso, contribui-se para a preservação do patrimônio material, imaterial, natural e cultural de toda a comunidade. Através da visita guiada, procura-se pensar a escola e seu entorno, o bairro e toda a cidade como território para o exercício da cidadania e o desenvolvimento social, utilizando-se como estratégia o processo educativo. Nesse contexto, a escola é responsável pela mediação cultural dos seus sujeitos aprendizes e também por desenvolver uma educação permanente, fomentando uma postura crítica da educação em espaços culturais, em museus abertos e fechados, contribuindo para a consciência cidadã (ARAÚJO e QUARESMA, 2014, p.34).

Nesse contexto, a escola é responsável pela mediação cultural dos seus sujeitos aprendizes e também por desenvolver uma educação permanente, fomentando uma postura crítica em relação à educação. Entendemos que nossa proposta de produto aporta diretamente na formação das crianças, estimulando a cidadania cultural pela valorização de um patrimônio da cidade, que foi basilar em seu desenvolvimento. Para dar conta do que se propôs, foi elaborado um cronograma apresentado a seguir.

Tabela 1 - Cronograma de atividades que foram desenvolvidas na elaboração do produto final

MESES / SEMANAS DAS ATIVIDADES	ATIVIDADES
Setembro / Primeira Semana	- A autora ajustou o Conto, que abordou toda a história da Estação Férrea e do surgimento da emancipação do município de Restinga Sêca/RS
Setembro / Segunda Semana	- Contato com atriz que contou a história - Determinou-se os espaços na Estação Férrea, onde foi contada a história
Setembro / Terceira Semana	- A autora juntamente com a atriz planejaram e realizaram ensaios da história no local

Outubro / Primeira Semana	- Visita à Estação Férrea - Apresentação da história da Estação Férrea para os alunos/crianças
Outubro / Segunda Semana	- Oficina de ilustração
Outubro / Terceira e Quarta Semana	- Seleção e organização dos materiais
Novembro a Janeiro	- Finalização do produto e da dissertação

Fonte: elaborado pela autora

6 PROPOSTA DE PRODUTO: ESTAÇÃO FÉRREA DE RESTINGA SÊCA/RS: ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

É de pretensão deste trabalho contar a história da Estação Férrea do município de Restinga Seca/RS de forma lúdica para uma turma de alunos, de quatro e cinco anos, pertencentes à Escola Municipal de Educação Infantil Professor Edwaldo Bernardo Hoffmann, situada na zona urbana do município. Por meio desse conto, foram criadas oficinas de ilustração com essas crianças, para ilustrar o próprio conto, apresentando em formato de livro infantil digital paradidático, que registra a história que deu origem ao município.

Foi contada a história do município de Restinga Sêca, que acabou sendo criado a partir das paradas de trem para o abastecimento das locomotivas. Neste caso, parada onde não poderia desembarcar passageiros, muito menos mercadorias, apenas na Estação de Jacuí e Arroio do Só para estas finalidades. Sendo assim, Mostadeiro, personagem importante na história, buscou, junto aos demais comerciantes da região, formar um pleito para buscar uma solução, junto à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, para a construção de uma estação junto à caixa d'água, para que passageiros e mercadorias ali pudessem desembarcar, dando origem a um marco histórico. Com o passar do tempo a estação passou por reformas, tendo condições de receber visitas e eventos para conseguir manter a origem histórica do município.

A proposta passou por várias etapas até a sua finalização. Em um primeiro momento, a autora elaborou um texto que aborda toda a história da Estação Férrea e do surgimento da emancipação do município de Restinga Sêca/RS. Após término do conto, foi proposto às crianças uma oficina de desenho e pintura, para a elaboração de desenhos referentes ao histórico do Município, para que haja maior entendimento e construção de significado, dessa forma, buscando integrar as crianças na valorização e preservação do patrimônio cultural e para que assim, cada vez mais as crianças conheçam a história que deu origem ao seu município e se sintam pertencentes aquele local, fazendo com que isso, desde a infância, se faça registro e perpetuação, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

6.1 CONTO DESENVOLVIDO

Segue o conto desenvolvido de autoria da mestranda Ana Paula Porto de Freitas.

Era uma vez um lugarejo, situado às margens da linha de trem, onde os trens de marias-fumaças passavam regularmente, impulsionados pela força do vapor. Neste lugar, erguia-se uma antiga e imponente caixa d'água. A lenda local dizia que a caixa d'água foi construída por um habilidoso artesão, cujo coração estava cheio de amor pela ferrovia e pelas máquinas que passavam por ali. Diziam que ele incorporou um segredo mágico na estrutura, acreditando que essa energia especial traria prosperidade e segurança para a comunidade.

Todos os dias, à medida que o sol se punha no horizonte, algumas pessoas que vinham de longe se reuniam nas proximidades da caixa d'água para observar os trens a vapor passarem com suas nuvens de fumaça. Era um espetáculo fascinante! Os vagões vinham lotados de produtos que seriam vendidos ali mesmo na comunidade, mas não poderiam ser retirados, porque não havia uma estação de trem perto da caixa d'água. Então eles precisavam ir até outras cidades em carroças, carretas ou lombos de burros para pegar essas mercadorias.

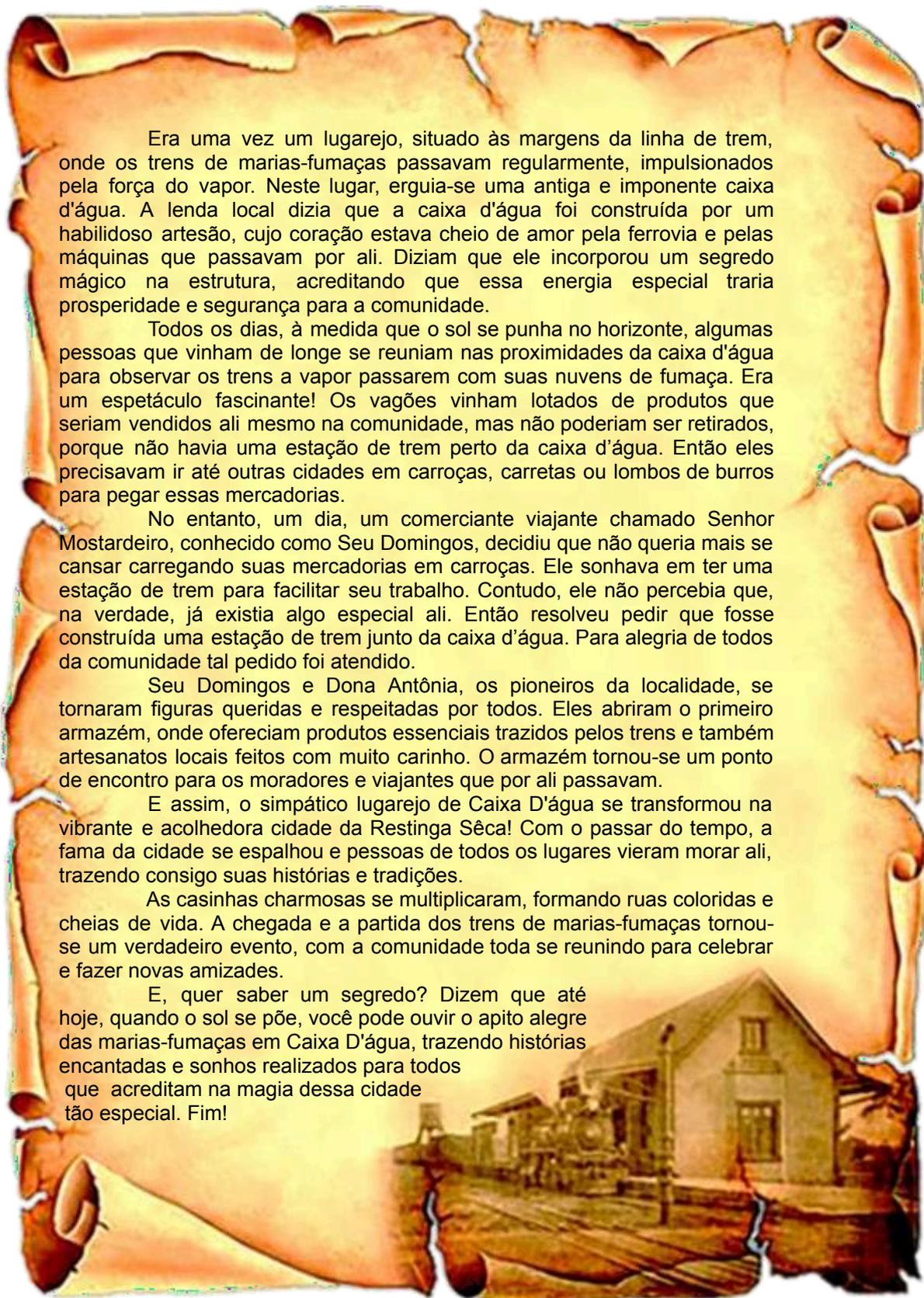
No entanto, um dia, um comerciante viajante chamado Senhor Mostardeiro, conhecido como Seu Domingos, decidiu que não queria mais se cansar carregando suas mercadorias em carroças. Ele sonhava em ter uma estação de trem para facilitar seu trabalho. Contudo, ele não percebia que, na verdade, já existia algo especial ali. Então resolveu pedir que fosse construída uma estação de trem junto da caixa d'água. Para alegria de todos da comunidade tal pedido foi atendido.

Seu Domingos e Dona Antônia, os pioneiros da localidade, se tornaram figuras queridas e respeitadas por todos. Eles abriram o primeiro armazém, onde ofereciam produtos essenciais trazidos pelos trens e também artesanatos locais feitos com muito carinho. O armazém tornou-se um ponto de encontro para os moradores e viajantes que por ali passavam.

E assim, o simpático lugarejo de Caixa D'água se transformou na vibrante e acolhedora cidade da Restinga Sêca! Com o passar do tempo, a fama da cidade se espalhou e pessoas de todos os lugares vieram morar ali, trazendo consigo suas histórias e tradições.

As casinhas charmosas se multiplicaram, formando ruas coloridas e cheias de vida. A chegada e a partida dos trens de marias-fumaças tornou-se um verdadeiro evento, com a comunidade toda se reunindo para celebrar e fazer novas amizades.

E, quer saber um segredo? Dizem que até hoje, quando o sol se põe, você pode ouvir o apito alegre das marias-fumaças em Caixa D'água, trazendo histórias encantadas e sonhos realizados para todos que acreditam na magia dessa cidade tão especial. Fim!



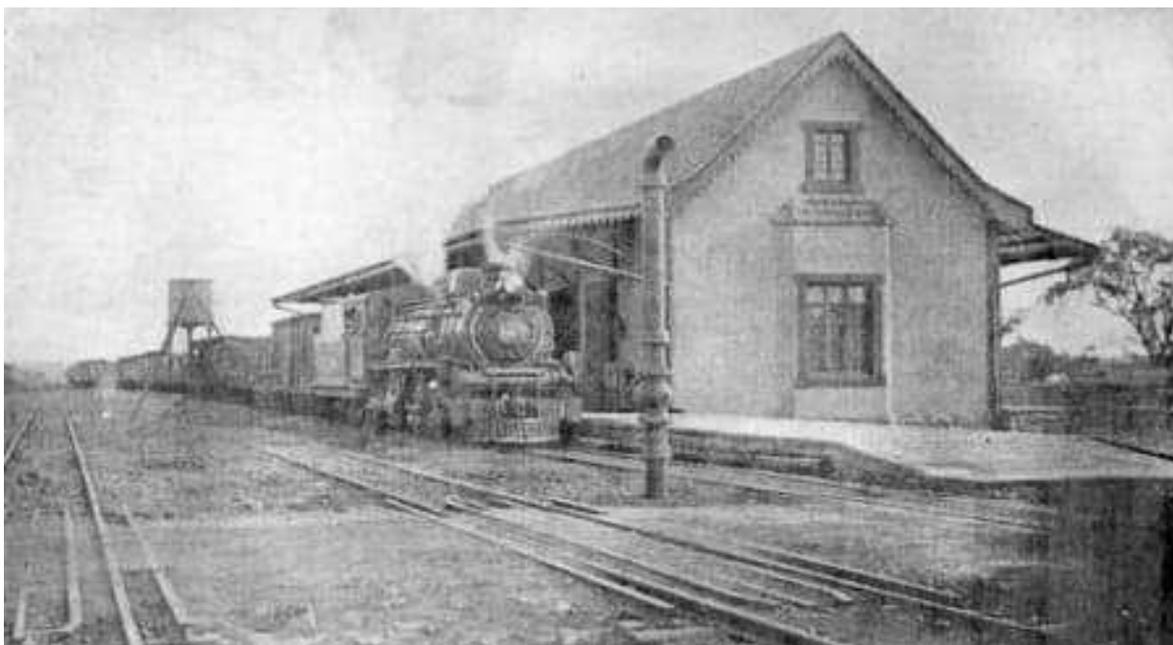
A seguir, apresentam-se imagens referente à Estação Férrea de Restinga Sêca.

Figura 8 – Prédio recém terminado da Estação de Restinga Sêca, em 1926 (a



Fonte: <https://www.restingaseca.rs.gov.br/o-municipio/a-estacao-ferroviaria> (Pesquisa feita em 13 de junho de 2023)

Figura 9 - Prédio recém terminado da Estação de Restinga Sêca, em 1926



Fonte: <https://www.restingaseca.rs.gov.br/o-municipio/a-estacao-ferroviaria> (Pesquisa feita em 13 de junho de 2023)

Figura 10 – Prédio restaurado da Estação de Restinga Sêca



Fonte: Thaís Danzmann

Figura 11 – Vista interna do Prédio da Estação de Restinga Sêca



Fonte: Thaís Danzman

6.2 PRODUTO DA DISSERTAÇÃO

Finalizado o conto, pensou-se em convidar alguém da comunidade para apresentá-lo. A pessoa escolhida foi a bisneta de seu Mostardeiro², um dos fundadores da comunidade de Restinga Sêca, Lizelia, uma pessoa ativa na comunidade com experiência em contar histórias. Logo no primeiro contato, Lizelia ficou extremamente lisonjeada pelo convite e emocionada, contribuindo com algumas ideias para a vestimenta que iria representar o conto. Ela também mostrou fotografias de sua bisavó, que ilustravam fatos da época.

Com alguns encaminhamentos feitos, marcou-se o dia para apresentar o conto às crianças da turma do Pré-B, da Escola de Educação Infantil Edwaldo Bernardo Hoffmann. Foram convidadas pessoas da comunidade escolar, a presidente do Conselho Municipal de Educação, Adriana Cassol, e membros da Câmara de Vereadores, representada pelo vereador Tiago Cantarelli. Além disso, durante a atividade, Juliana Friedrich representou a equipe diretiva da escola Edwaldo.

A contação da narrativa ocorreu no turno da manhã, no dia 10 de outubro, em comemoração à semana da criança, na Estação Ferroviária de Restinga Sêca, mais especificamente no galpão da Estação, onde as mercadorias costumavam ser armazenadas. O local é amplo, com portas largas para a passagem das mercadorias, e serviu como fonte de inspiração para a narrativa da história.

Durante a contação, houve um diálogo inicial com as crianças sobre o local e como ele era na época em que as mercadorias eram ali armazenadas, proporcionando uma imersão no contexto histórico. Isso ajudou as crianças a fazerem uma "viagem no tempo". Em seguida, a contadora de histórias entrou na sala caracterizada como Antonia Becker Mostardeiro, o que emocionou a todos os presentes. Ela começou a contar a história e as crianças a ouviam atentamente, com os olhos brilhando de entusiasmo.

A Figura 12 a seguir ilustra os momentos iniciais da interação relatada entre os participantes da contação.

² O sr. Domingos Gonçalves Mostardeiro e sua esposa, dona Antonia Becker Mostardeiro, foram os primeiros moradores de Restinga Sêca e um dos principais responsáveis por pleitear a construção da Estação Férrea. Disponível em <https://www.restingaseca.rs.gov.br/o-municipio/fundadores-de-restinga-seca>. 19 de fev. 2024.

Figura 12 - Registro do momento da contação do Conto



Fonte: acervo da autora.

Para enriquecer mais a experiência, na qual as crianças puderam “se transportar para o passado” por meio da narrativa da contadora de histórias, os alunos foram convidados para conhecer o entorno da estação, em especial, a famosa caixa d'água. Ao explorarem o espaço, os alunos tiveram a chance de ver o que resta desse patrimônio histórico e visualizarem como eram as condições na época em que o conto lido se passa. Isso torna a narrativa mais tangível e ajuda os alunos a conectarem-se ainda mais com a história e a comunidade, como pode ser visto na Figura 13.

Figura 13 – Crianças visitando o lado externo da Estação Ferroviária





Fonte: acervo da autora.



Essa atividade prática também incentiva o aprendizado experiencial, o que pode ser altamente eficaz na educação. Os alunos, por exemplo, têm a oportunidade de explorar o ambiente, fazer perguntas, observar detalhes e, assim, construir uma compreensão mais profunda da história e do patrimônio cultural de sua região a partir de experiências concretas.

Sobre isso, Baptista (2010, p.5) destaca que,

[...] se quisermos proporcionar a uma criança uma base suficientemente sólida para sua atividade criadora, devemos ampliar a sua experiência. Quanto mais a criança vê, ouve e experimenta, quanto mais aprende e assimila, quanto mais dispõe de elementos reais, mais ampla será sua atividade criadora.

Assim, ao proporcionar aos alunos a oportunidade de vivenciar diretamente a história e o patrimônio cultural do município de Restinga Seca por meio de experiências práticas, estamos ampliando a experiência das crianças,

permitindo que vejam, ouçam e experimentem, contribuindo não apenas para a compreensão, mas também para a ampliação de sua atividade criadora. Ao investir em elementos reais e concretos, estamos, construindo uma base sólida para o desenvolvimento criativo e educacional de nossos alunos.

Ao envolver os alunos em experiências práticas que exploram a história e o patrimônio cultural de Restinga Sêca, proporciona-se uma educação mais significativa e enriquecedora. Essas experiências não apenas ampliam o conhecimento dos alunos, mas também promovem a criatividade, a curiosidade e o amor pela sua comunidade e seu país.

Além disso, Kramer e Leite (1998, p.22) sinalizam que é

[...] crucial que todos – crianças e adultos possam, de um lado, apropriar-se dos conhecimentos científicos básicos e, de outro, aprender com a história, com os livros, com o cinema, com a música, a dança, o teatro, com a linguagem e arte, pois a experiência com essas produções constitui a formação cultural e humana necessária para enfrentar desafios ainda mais graves da vida contemporânea .

Nessa perspectiva ainda, Kramer e Leite (2015) ressaltam a importância fundamental de todos, crianças e adultos, apropriarem-se não apenas dos conhecimentos científicos básicos, mas também de experiências enriquecedoras provenientes da história, dos livros, do cinema, da música, da dança, do teatro, da linguagem e da arte. A vivência com essas produções não só contribui para a formação cultural, mas também se torna essencial na preparação para enfrentar os desafios complexos da vida contemporânea. Dessa forma, ao proporcionar aos alunos experiências práticas, não estamos apenas transmitindo conhecimento, mas construindo a base cultural e humana necessária para a jornada desafiadora que é a vida moderna.

Como um desdobramento da visitação à Estação Férrea e da contação de história, a fim de seguir desenvolvendo a temática, dias depois, sob a orientação da professora de Arte da escola, Nageli Raguzzoni Teixeira, os alunos foram incentivados a expressar sua criatividade e interpretação do conto por meio de diferentes formas artísticas. Na ocasião, foram trabalhadas técnicas específicas de ilustração, como o uso de diferentes materiais, estilos de pintura e até mesmo a criação de colagens para representar cenas importantes do conto.

Além disso, a professora pode aproveitar o momento para discutir

conceitos artísticos, como composição, cores e texturas, incentivando os alunos a refletirem sobre as escolhas que fizeram em suas ilustrações. Essa abordagem não apenas promove a apreciação da arte, mas também desenvolve a capacidade dos alunos de pensar criticamente sobre suas próprias criações. A Figura 14 ilustra parte inicial da atividade.

Figura 14 – Desdobramento do trabalho com o conto: oficina de artes



Fonte: acervo da autora.

Durante a oficina, os alunos tiveram a oportunidade de compartilhar suas criações, promovendo a troca de ideias e perspectivas. Destaca-se a importância dessa atividade, uma vez que a interação entre os estudantes pode ter enriquecido ainda mais a compreensão coletiva da história, proporcionando *insights* únicos e diversas interpretações.

Perceber o entusiasmo tanto dos alunos quanto da professora durante a oficina é, sem dúvidas, um dos mais significativos resultados da oficina. Esse

envolvimento ativo dos estudantes é um indicador valioso do impacto positivo da abordagem interdisciplinar, combinando literatura e artes visuais. Os diferentes estilos e níveis de detalhes nas produções dos alunos destacam a diversidade de interpretações e habilidades criativas na sala de aula. Cada desenho é uma expressão única, refletindo as experiências individuais e a compreensão pessoal do conto.

No planejamento pedagógico diário do professor, esta etapa da ação interdisciplinar realizada contempla a BNCC (BRASIL, 2018), especialmente no Campo de Experiência “Traços, sons, cores e formas”, em seu objetivo de aprendizagem e desenvolvimento — EI03TS02, qual seja: expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.

Além disso, a BNCC enfatiza que

A Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas (BRASIL, 2018).

Na Educação Infantil, as crianças estabelecem suas primeiras experiências artísticas, experimentando rabiscos, expressões de cores, exploração de diferentes materiais e texturas, além de se socializarem com outras crianças. O uso de ferramentas de ensino lúdicas é fundamental para o sucesso educacional.

O fato de todos os alunos participarem ativamente ressalta a eficácia da abordagem, proporcionando um ambiente inclusivo onde cada criança se sente encorajada a contribuir. Esse tipo de participação ativa não apenas fortalece a compreensão da história, mas também promove o desenvolvimento de habilidades sociais, colaborativas e criativas entre os alunos.

Além disso, o entusiasmo da professora Nageli foi fundamental para inspirar e motivar os alunos. O papel do educador como facilitador e guia durante essas atividades criativas é crucial para criar um ambiente de aprendizado

positivo.

Essa experiência certamente deixou uma impressão duradoura nos pequenos artistas, estimulando tanto sua apreciação pela literatura quanto seu interesse pelas artes visuais. Ao refletir sobre essa oficina, é possível destacar como a integração de diferentes formas de expressão pode enriquecer significativamente a experiência educacional e promover um aprendizado mais holístico e cultural.

A seguir imagens ilustrativas do resultado final que uniu o conto e as ilustrações realizadas pelas crianças.

Figura 15 – Produto final, livro ilustrativo



Fonte: elaborado pela autora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vontade de desenvolver essa pesquisa surgiu do anseio pessoal e profissional no mestrado. Desde a minha infância, cresci em meio a Educação e sempre senti a necessidade de conhecer e preservar a cultura local. A primeira infância, uma fase vital que impacta profundamente a vida de uma pessoa, motivou-me a buscar intervenções positivas que contribuíssem para a formação de cidadãos conscientes.

Nesse contexto, buscamos contribuir com conhecimento de forma lúdica e prazerosa, atendendo às peculiaridades dessa fase, fazendo com que as crianças se apropriassem da cultura local. Ao despertar o desejo de conhecer a história da estação ferroviária, entrelaçando-a à história do município, procuramos auxiliar na construção de uma cultura de pertencimento.

Utilizando a narrativa do conto, produzido em colaboração com a comunidade, e a construção de um livro infantil digital paradidático, procuramos transmitir esse conhecimento aos pequenos. O resultado foi observado desde a narrativa do conto, realizada nas dependências da própria Estação. As crianças demonstraram curiosidade e encantamento diante do desconhecido. Notavelmente, apesar de viverem nas proximidades, muitas delas não conheciam a Estação, limitando-se ao "barulhinho do trem" conforme mencionado no hino municipal.

Ao trazer a vivência da realidade para as crianças, contribuímos para enriquecer o conhecimento delas. A visita à edificação permitiu que imaginassem como era no passado, explorando os arredores e dando mais significado ao conto. A posterior construção de desenhos, compilados no livro, não apenas reforçou o conhecimento adquirido, mas também desenvolveu outras habilidades, alinhadas aos documentos norteadores que embasa a educação infantil. Desse modo, acreditamos ter cumprido com os objetivos propostos nesta pesquisa, em especial o geral que previa “estimular a educação patrimonial na Educação Infantil do município de Restinga Sêca – RS, promovendo a preservação da identidade cultural local”.

É inconcebível pensar em possibilidades de desenvolvimento sustentável que não envolvam a comunidade, pois a perspectiva de desenvolvimento que a estratégia dos geoparques trazem é de base comunitária, de construção coletiva e colaborativa, que privilegia os aspectos econômicos associados ao social, ao humano e à preservação e conservação do meio ambiente. Neste sentido,

envolver as crianças, neste caso, estudantes da Educação Infantil, é trabalhar desde já com a cidadania desses sujeitos e seu envolvimento com a comunidade. O fortalecimento desses vínculos auxilia na formação de cidadãos mais cômicos de seu papel social.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

BELLO, Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/download/37817743/Educacao_no_Brasil_-_a_Historia_das_Rupturas.pdf. Acesso em: 20 maio 2011.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 02, p. 157-168, 2012.

BITTAR, Mariluce.; OLIVEIRA, João Ferreira de.; MOROSINI, Marília. Apresentação. In: BITTAR, Mariluce.; OLIVEIRA, João Ferreira.; MOROSINI, Marília (org.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 9-13.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 5/2009**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituições Brasileiras: 1824**. vol. I. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001a.

BRASIL. Constituição. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, v. 134, n. 248, p. 27.834-27.841, 1996

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J_19.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº8.060 - Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil:

promulgada em 5 de outubro de 1988. Art. 205-214. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 janeiro de 2001**. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Instituição do Programa Universidade para Todos – PROUNI e regulação da atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília, DF., Diário Oficial da União, 27.10.2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei, Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, v. 23, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular para a Educação Infantil–v.I. 3 –Conhecimento de Mundo**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Ensino Fundamental, 1998.

CANTOS, Priscila Kelly; COSTA, Célio Juvenal. **A educação na companhia de Jesus: um estudo sobre os colégios jesuíticos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2009.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 169-195, jan./abr. 2006.

CASTRO, Emanuel de; FERNANDES, Gonçalo Poeta e FIRMINO, Gisela. **Os Geoparques como estratégias de desenvolvimento turístico de base territorial. Conference Paper Inovação**, nov. 2015, p. 49-61. Disponível em: <http://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/2369> . Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Patrimônio Cultural e Geoparque. **Revista do Instituto de Geociências – USP**, São Paulo, v. 5, p. 75-83, outubro 2009. Disponível em: www.igc.usp.br/geologiausp . Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

DE CASTRO, Emanuel; FERNANDES, Gonçalo Poeta; FIRMINO, Gisela. Os geoparques como estratégias de desenvolvimento turístico de base territorial. **INOVAÇÃO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TURISMO E HOTELARIA**, volume único, nov. 2015, p.49-61.

DE MOURA DELPHIM, Carlos Fernando. Patrimônio cultural e Geoparque. **Geologia USP. Publicação Especial**, v. 5, p. 75-83, 2009..Disponível em: www.igc.usp.br/geologiausp . Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

FERREIRA, António Gomes. A infância no discurso dos intelectuais portugueses do Antigo Regime. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, p.167-196, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra; 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1999.

FOREQUE, Flávia. PROUNI rende isenção fiscal de R\$ 4 bi a faculdades privadas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 4 ago. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1321455-PROUNI-rende-isencao-fiscal-de-r-4-bi-a-faculdades-privadas.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática e qualidade de ensino**. Disponível em: http://www.paulofreire.org/pub/institu/SubInstitucional1203023491I+003Ps002/Gest_Democ.pdf. Acesso em: 22 Set. 2010b.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Candido Alberto. **Infância e escola: pesquisa, prática e formação de professores**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

GOSADO-GONZÁLEZ, E. M. PALÁCIO-PRIETO, J. L.; SÁ, A. A. Geotourism in Latin America and Caribbean UNESCO Global Geoparks: Contribution for Sustainable Development Goals. In: RATTEN, Vanessa. **Technological Progress, Inequality and Entrepreneurship**, 2020, p.107-121. Disponível em: https://ideas.repec.org/h/spr/seschp/978-3-030-26245-7_7.html. Acesso em: 25 mar. 2024.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico da Educação Patrimonial. **MUSEU IMPERIAL / DEPROM-IPHAN-MINC**. IPHAN: 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

JUNIOR, N. F. F.; SILVEIRA, M. R. A INTERMODALIDADE NA EUROPA E NO BRASIL: O PORTO DE PEDERNEIRAS-SP COMO PONTO NODAL. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 2, n. 7, 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/237>. Acesso em: 20 jul. 2024.

JUNQUEIRA, I. **Educação patrimonial II: recursos, técnicas e estratégias**. Goiânia: UFG, 2015.

KUHLMANN JR, Moysés. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, p. 459-503, 2002.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

KUHLMANN JR. Moysés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais, 1862-1922**. Bragança Paulista: Edusf, 2001.

KUHLMANN JR, Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b, p. 469-496.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1992.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (orgs.). **Infâncias: fios e desafios da pesquisa**. 1ª edição. São Paulo: Papyrus Editora, 2015.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel. **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas, Papyrus, 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império: subsídios para a História da Educação no Brasil (Reformas do Ensino)**. Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

NASCIMENTO, Paulo Ernesto Arrais do et al. História da educação no Brasil e a prática docente diante das novas tecnologias. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**. João Pessoa Universidade Federal de Paraíba, anais eletrônicos, 2012.

OLIVEIRA, Cristiane Pereira Melo de. **Programa Universidade para Todos: a percepção dos estudantes de uma universidade privada de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PADOIN, Maria Medianeira; FIGUEIRÓ, Adriano; CRUZ, Jorge Alberto Soares (orgs.). Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. In: MARCUZZO, Suzane Bevilacqua. **Bicho do Mato da Colônia: somos todos Mata Atlântica**. Santa Maria-RS: FACOS-UFSM, 2021, p.32-49.

PILLETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1o grau**. 22. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PILLETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PILLETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **Filosofia e história da educação**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1986.

PILLETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2006.

PONTE, António. Os Museus e o Património Cultural no Contexto do Turismo Cultural: Estruturas Essenciais do Desenvolvimento Económico Contemporâneo. In: CARVALHO, Ana. **Museus e Gestão: Novas Pontes para a Sociedade**. Lisboa: ICOM Portugal, 2014. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/29177/1/Boletim%20ICOM%20Portugal%20s%C3%A9rie%20III%20n.%C2%BA%201%20Out%202014.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PONTE, António. Pensar uma rede de museus de arte contemporânea e arquitetura no Norte de Portugal. **Sensos-e**, v. 9, n. 3, p. 44-53, 2022.

QUARESMA, Adilene Gonçalves ; ARAÚJO, Glausirée Dettman. Visitas guiadas e visitas técnicas: tecnologia de aprendizagem no contexto educacional. **Competência**, Porto Alegre-RS, v.9, n.2, p.29-51, 2014.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos Ribeiro. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16ª edição. Campinas: Autores Associados, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**, 1989. 8.ed. Porto Alegre: CORAG, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 14.705, de 25 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) e dá outras providências. Diário Oficial Do Estado, RS, 25 jun. 2015. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.705.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação -SEDUC-RS. **Referencial Curricular Gaúcho**. 2020. Disponível em: <http://curriculo.educacao.rs.gov.br/>. Acesso em: 23 maio. 2021.

ROSA, Juliano de Melo. **As vozes de um mesmo tempo**: a Educação Física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Santa Maria, Santa Maria, 2006.

ROSADO-GONZÁLEZ, Emmaline M.; PALACIO-PRIETO, José Luis; SÁ, Artur Abreu. Geotourism in Latin America and Caribbean UNESCO global geoparks: Contribution for sustainable development goals. **Technological progress, inequality and entrepreneurship: From consumer division to human centrality**, p. 107-121, 2020. Acesso Em: 27 jul. 2023.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil-1930/1973. In: **História da educação no Brasil-1930/1973**. 2011. p. 267-267.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 30ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROSSATO, Jucemara et al. Educação patrimonial: **Um olhar diferenciado sobre a Quarta Colônia-criação de uma lei regulamentando a educação patrimonial nas escolas públicas do município de Nova Palma/RS**. 2023.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do Turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009 (Série Turismo).

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o Ensino Médio**: História Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2002.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

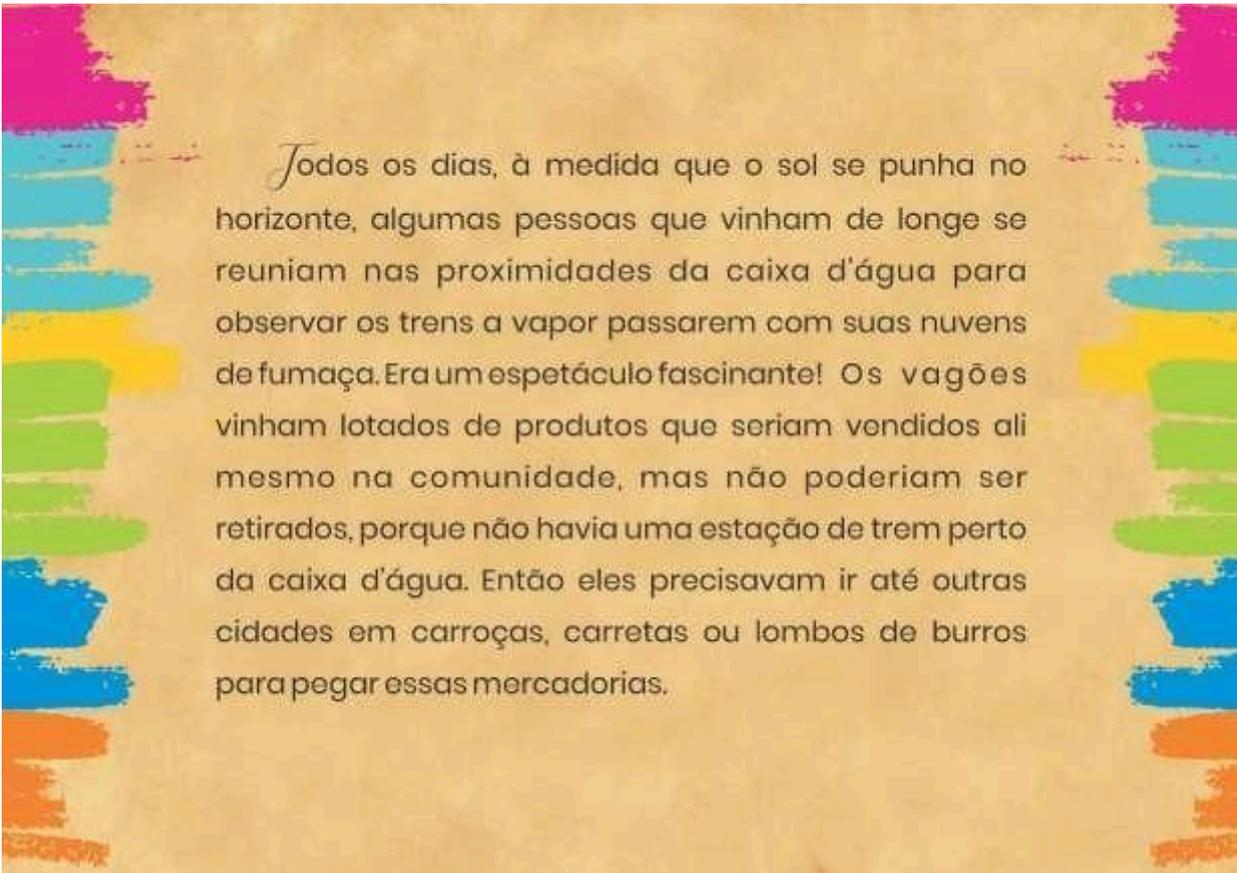
APÊNDICE - PÁGINAS DO PRODUTO/LIVRO ILUSTRATIVO.



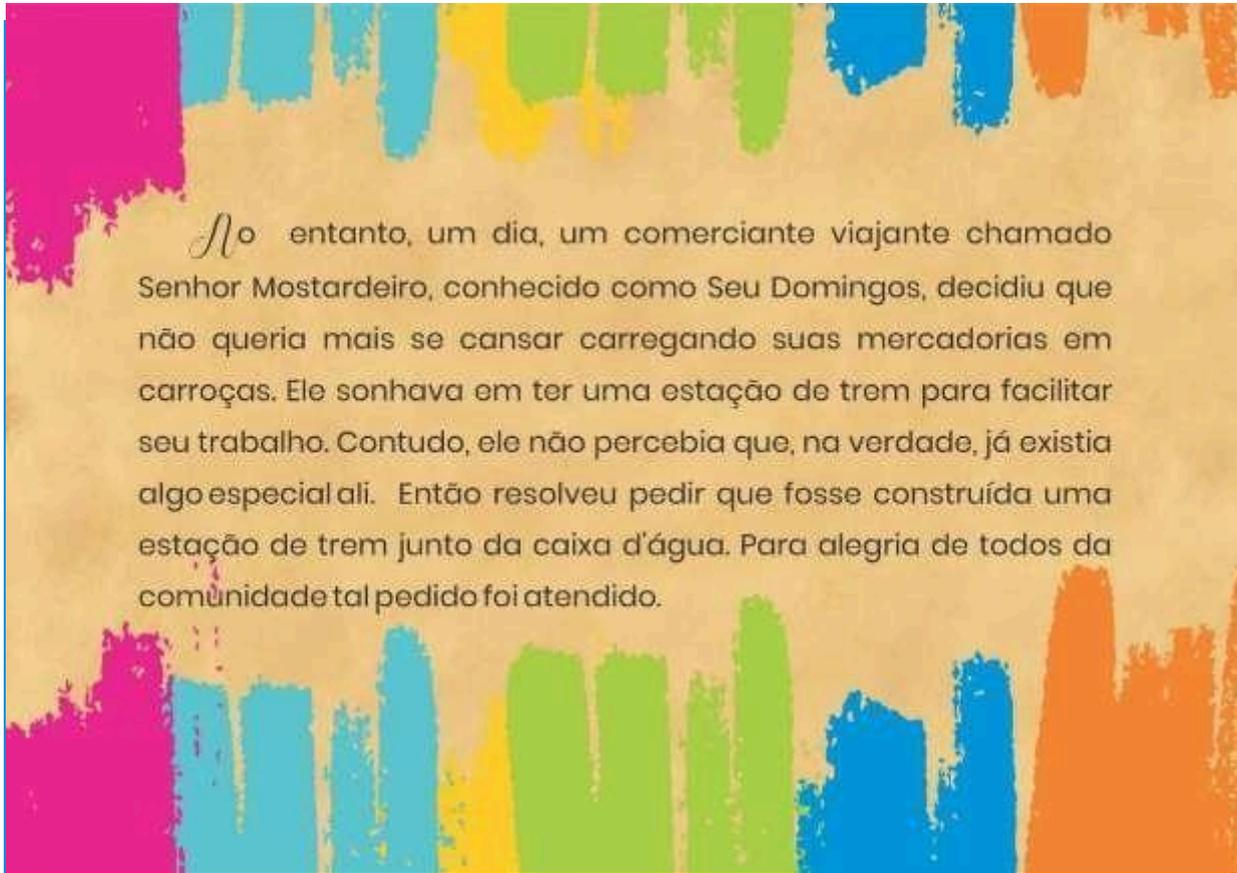
Era uma vez um lugarejo, situado às margens da linha de trem, onde os trens de marias-fumaças passavam regularmente, impulsionados pela força do vapor. Neste lugar, erguia-se uma antiga e imponente caixa d'água.

A lenda local dizia que a caixa d'água foi construída por um habilidoso artesão, cujo coração estava cheio de amor pela ferrovia e pelas máquinas que passavam por ali. Diziam que ele incorporou um segredo mágico na estrutura, acreditando que essa energia especial traria prosperidade e segurança para a comunidade.





*T*odos os dias, à medida que o sol se punha no horizonte, algumas pessoas que vinham de longe se reuniam nas proximidades da caixa d'água para observar os trens a vapor passarem com suas nuvens de fumaça. Era um espetáculo fascinante! Os vagões vinham lotados de produtos que seriam vendidos ali mesmo na comunidade, mas não poderiam ser retirados, porque não havia uma estação de trem perto da caixa d'água. Então eles precisavam ir até outras cidades em carroças, carretas ou lombos de burros para pegar essas mercadorias.



*N*o entanto, um dia, um comerciante viajante chamado Senhor Mostardeiro, conhecido como Seu Domingos, decidiu que não queria mais se cansar carregando suas mercadorias em carroças. Ele sonhava em ter uma estação de trem para facilitar seu trabalho. Contudo, ele não percebia que, na verdade, já existia algo especial ali. Então resolveu pedir que fosse construída uma estação de trem junto da caixa d'água. Para alegria de todos da comunidade tal pedido foi atendido.



Seu Domingos e Dona Antônia, os pioneiros da localidade, se tornaram figuras queridas e respeitadas por todos. Eles abriram o primeiro armazém, onde ofereciam produtos essenciais trazidos pelos trens e também artesanatos locais feitos com muito carinho. O armazém tornou-se um ponto de encontro para os moradores e viajantes que por ali passavam.

E assim, o simpático lugarejo de Caixa D'água se transformou na vibrante e acolhedora Cidade da Restinga Sêca! Com o passar do tempo, a fama da cidade se espalhou e pessoas de todos os lugares vieram morar ali, trazendo consigo suas histórias e tradições.



As casinhas charmosas se multiplicaram, formando ruas coloridas e cheias de vida. A chegada e a partida dos trens de marias-fumaças tornou-se um verdadeiro evento, com a comunidade toda se reunindo para celebrar e fazer novas amizades.



E, quer saber um segredo? Dizem que até hoje, quando o sol se põe, você pode ouvir o apito alegre das marias-fumaças em Caixa D'água, trazendo histórias encantadas e sonhos realizados para todos que acreditam na magia dessa cidade tão especial. Fim!





Prédio da Estação Ferroviária de Restinga Sêca, em 1926.



MESTRADO
PATRIMÔNIO CULTURAL
CCSH - UFSM



UFSM